



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE LETRAS

**MENTE E LINGUAGEM: A FORMAÇÃO DAS PALAVRAS E ATRIBUIÇÃO DE
SIGNIFICADO - O CASO DE “1984”, DE GEORGE ORWELL**

Flávia Cristina de Oliveira dos Santos

Rio de Janeiro

2022

FLÁVIA CRISTINA DE OLIVEIRA DOS SANTOS

**MENTE E LINGUAGEM: A FORMAÇÃO DAS PALAVRAS E ATRIBUIÇÃO DE
SIGNIFICADO - O CASO DE “1984”, DE GEORGE ORWELL**

Monografia submetida à Faculdade de Letras da
Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito
parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras na
habilitação Português-Literaturas.

Orientadora: Prof.^a Dr. Isabella Lopes Pederneira

Rio de Janeiro

2022

CIP - Catalogação na Publicação

S237m SANTOS, Flávia Cristina de Oliveira dos
Mente e linguagem: a formação das palavras e
atribuição de significado - o caso de "1984", de
George Orwell / Flávia Cristina de Oliveira dos
SANTOS. -- Rio de Janeiro, 2022.
43 f.

Orientadora: Isabella Lopes Pederneira.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade
de Letras, Licenciado em Letras: Português -
Literaturas, 2022.

1. Gerativismo. 2. Modularidade da mente. 3.
Morfologia-Distribuída. 4. Orwell. 5. Novilingua. I.
Pederneira, Isabella Lopes , orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

A minha trajetória na Faculdade de Letras foi, como a de muitos outros alunos, regada a muitas dificuldades. Seja pela distância, pelo transporte, pela dificuldade com os horários, pelo fato de ter que conciliar estudos com trabalho. Tudo parecia dificultar a minha permanência na Letras. Contudo, foi já no primeiro período (de Letras-Árabe, inclusive) que eu percebi que todo empenho e esforço valeria a pena. É evidente que as mudanças são constantes na vida de qualquer ser humano, mas creio que hoje sou melhor do que fui no passado graças a este curso espetacular. No ano de 2016 eu fiz preparatório, e estudei basicamente o ano todo, cheguei até mesmo a ouvir de pessoas “Nossa, mas estudando tanto para fazer Letras?” -Sim! Era a minha resposta. E hoje, após anos nessa Instituição eu tenho a certeza que faria tudo outra vez. Entrar, cursar e estudar Letras foi um sonho que se tornou realidade, portanto minha mais sincera gratidão a Faculdade de Letras da UFRJ.

À minha orientadora, Prof^a Dr^a Isabella Lopes Pederneira, pela paciência e pela disponibilidade. Esse trabalho se deve a toda a sua ajuda e orientação. Ao Prof. Dr. Marcel Amorim, por me incentivar a ser a melhor professora que meus alunos poderão ter. Ao Prof. Dr. Vítor Vivas, por ter tornado a minha experiência de estágio algo prazeroso, e por toda ajuda e incentivo. Você é um exemplo, um modelo de professor, e ter tido você como meu professor-regente me faz pensar o quanto sou agraciada e sortuda hahaha.

Ao meu marido, Lucas Caio, por ser um companheiro que me instiga a ser melhor em todas as áreas da minha vida. É sempre o primeiro a me dizer que sou capaz, a me incentivar a ir além, ao mesmo tempo em que me incentiva ao autoquestionamento e reflexão. O ano de 2022 foi bem difícil, mas sem você estaria próximo do impossível.

Aos meus pais, Ruth e Andrinho, e aos meus irmãos Letícia e Kayo, por serem pessoas sempre presentes na minha vida, que acreditaram e ainda acreditam no meu potencial. Pensar “fora da caixinha” e sempre buscar evoluir só se deu graças a criação de vocês. À cada membro de minha família (Oliveira e Pereira) pelas palavras de ânimo. Obrigada a todos os meus queridos parentes que me amam e me apoiam.

À memória de minha mãe biológica, Maria Cristina. Essas notas não são para ela, pois tenho ciência de que não está lendo esses agradecimentos, mas à memória dela que sempre estará viva dentro de mim. Foram poucos os 11 anos que tivemos juntas, e quem dera pudessem ter sido mais.

Aos meus sogros, Denise e Wellington, e aos meus cunhados, Isaías, Milena e Isaque, por terem me acolhido de uma maneira que eu jamais pensaria ser possível. Suas palavras de incentivo são fundamentais para mim.

A todos os amigos que fizeram parte da minha trajetória nos últimos anos. Obrigada por tudo!

Aos meus amigos do Grupo Gênesis, ou melhor, aos meus irmãos do Gênesis, pois foi nesse grupo que percebi que Provérbios 17:17 “O amigo ama em todo o tempo; e para a angústia nasce o irmão”, é revolucionário quando passa a concretude. Sem as orações de vocês, acho que essa monografia não seria possível. Vocês me acompanharam semanalmente e sabem quantas dificuldades eu tive e o quanto eu não acreditei em mim mesma. Estavam sempre lá, seja para as orações, seja para ouvir minhas lamúrias, ou para rirmos (e chorarmos rrsrs) juntos.

A meu Deus que, embora esteja sendo mencionado por último, sempre estará em primeiro lugar. Ele é a razão de tudo. Desde meu respirar até as coisas mais banais da minha vida. A ele seja a glória para todo o sempre, amém.

[...]Não é muito, mas é alguma cousa, e está com a filosofia de Julieta:

"Que valem nomes", perguntava ela ao namorado. A rosa, como quer que se lhe chame, terá sempre o mesmo cheiro.[...]

Machado de Assis ("Evolução", 1884)

RESUMO

Esta monografia se debruçou sobre a relação entre a formação de uma palavra e o significado atribuído a ela. Como arcabouço teórico utilizaram-se os principais postulados do Gerativismo, tais como inatismo, gramática universal, a teoria de princípios e parâmetros e a modularidade da mente. Além disso, o principal questionamento supracitado será respondido sob a perspectiva da Morfologia Distribuída (MARANTZ, 1997), um modelo teórico dentro da teoria Gerativa. Estas fundamentações são essenciais para a análise dos dados extraídos do livro “1984”, de George Orwell, romance distópico no qual a população vivia sob o comando do “Grande-irmão”, e no qual umas das principais ferramentas concebidas como forma de opressão era a dita “Novilíngua”. A *Novilíngua* foi criada como forma de manutenção do poder através da linguagem. Na concepção de seus criadores, ao reduzir o léxico ou exterminar possíveis usos e palavras do vocabulário, a concepção ou ideia por trás de um determinado vocábulo não mais existiria. Assim, o objetivo último deste trabalho é verificar se tais planos seriam implementados com sucesso, pensando-se em uma resposta sob a luz da Morfologia Distribuída.

Palavras-chave: Gerativismo; Modularidade da Mente; Morfologia-Distribuída, *Novilíngua*.

ABSTRACT

This monograph focused on the relationship between the constitution of a word and the meaning attributed to it. As a theoretical framework, the main postulates of Gerativism were used, such as innatism, universal grammar, the theory of principles and parameters and the modularity of the mind. Moreover, the main question mentioned above will be answered from the perspective of Distributed Morphology (MARANTZ, 1997), a theoretical model within the Generative theory. These foundations are essential for the analysis of data extracted from the book “1984”, by George Orwell, a dystopian novel in which the population lived under the command of the “Big Brother”, and in which one of the main tools conceived as a form of oppression was the so-called “Newspeak”. Newspeak was created as a way of maintaining power through language. In the conception of its creators, by reducing the lexicon or exterminating possible uses and words from the vocabulary, the conception or idea behind a given word would no longer exist. Thus, the ultimate objective of this work is to verify whether such plans would be successfully implemented, thinking about a response in the light of Distributed-Morphology.

Keywords: Gerativism; Modularity of Mind; Distributed-Morphology, Newspeak.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	8
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
2.1	A teoria Gerativista: Inatismo e Aquisição de Linguagem.....	9
2.2	A Gramática Universal.....	10
2.3	A teoria de Princípios e Parâmetros.....	11
2.4	A Modularidade da Mente.....	12
3.	MENTE E LINGUAGEM: O QUE DIZEM OS POSTULADOS.....	13
3.1	Mente e Linguagem: Breves recapitulações.....	13
3.2	Os postulados teóricos: Noam Chomsky.....	15
3.3	Os postulados teóricos: Hillary Putnam.....	18
3.4	Os postulados teóricos: Jerry Fodor.....	20
4.	A TEORIA DA MENTE MODULAR: PESQUISAS CIENTÍFICAS.....	23
5.	A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: A RELAÇÃO ENTRE A CONSTITUIÇÃO DE UMA PALAVRA E O SIGNIFICADO ATRIBUÍDO A ELA.....	26
6.	A METÁFORA DE ORWELL: LÍNGUA, LINGUAGEM E PENSAMENTO EM “1984”.....	29
6.1	Língua, linguagem e pensamento em “1984”.....	31
7.	ANÁLISE DA DADOS.....	35
8.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	39
9.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1- INTRODUÇÃO

A maneira como uma língua se constrói, os fundamentos e possibilidades por trás dela são objetos de muito interesse, seja no ambiente acadêmico formal, ou em ambientes mais midiáticos, como novelas, séries ou outras formas de entretenimento cultural. Como somos aptos a “aprender”, ou melhor, adquirir uma língua? Como podemos, conforme nos impele Chomsky (Apud FRANÇA, 1994) saber tão pouco tendo tantas evidências? Ou a saber tanto tendo tão pouca evidência? A língua, e principalmente as questões por trás dela, são um tanto quanto intrigantes, assume-se. São tais indagações que impelem tantos linguistas a continuar a estudar e desvendar todo um mundo por trás da Linguística.

O principal interesse deste trabalho é refletir se a constituição do elemento tão extremamente imprescindível a qualquer língua - a palavra - e a atribuição do significado feita a ela são indissociáveis.

Adquirir uma língua é um processo natural, visto que nascemos dotados de um mecanismo que nos permite isto, mas seria a relação entre palavra fonológica e significado única e exclusivamente de um para um no sentido mais essencial do termo? Para refletir acerca de tais aspectos supracitados, os dados linguísticos analisados na seção sete são retirados do livro “1984”, do autor George Orwell.

Por entenderem que a língua é uma ferramenta indispensável à comunicação humana, os precursores da dita “Novilíngua”, um idioma fictício criado dentro da narrativa Orwelliana, concebem o idioma como uma ferramenta de poder e supressão de pensamentos e comportamentos indesejados. A língua, somada a outros mecanismos, era o que forneceria a manutenção do regime totalitário do partido INGSOC a longo prazo. É de tal narrativa que tem-se a popular frase “Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado” (ORWELL, 2009, p.40).

Enxergando a língua como uma ferramenta de obter controle sobre a população subordinada, o governo cria a *Novilíngua*, construída com base na destruição do léxico, com a premissa de que ao destruir-se determinadas palavras, o comportamento, a atitude ou até mesmo o pensamento que geraria algum ato poderia ser também exterminado. Este trabalho busca responder, por meio da revisão bibliográfica de diversas dissertações, artigos e monografias, se as medidas tomadas para a criação da *Novilíngua* seriam plenamente eficazes. Para tal, a compreensão da faculdade da linguagem como um mecanismo inato, interno e modular é fundamental. Além disso, um preceito importante da Morfologia Distribuída: a formação de palavras e consequente interpretação de significado pode ser verificada a partir de três possibilidades - arbitrária, composicional e idiomática.

A revisão bibliográfica debruçou-se, sobretudo, em aparatos teóricos produzidos à luz do Gerativismo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Teoria Gerativista: Inatismo e Aquisição de Linguagem

A teoria gerativa tem seu marco inicial na década de 50, quando Chomsky lança o livro *Syntact Structures*. Percebe-se que o Gerativismo surgiu como um contraste ao Behaviorismo estruturalista de Bloomfield. Assim, diferente do estruturalismo, o gerativismo estuda a linguagem pensando as relações entre as propriedades da mente humana e a ligação de tais características com a composição biológica dos seres humanos. A linguagem é um órgão da mente/cérebro humano responsável por fenômenos linguísticos, denominado Faculdade de Linguagem; tal órgão é imprescindível e como qualquer outro órgão, é um apenas um subsistema que é parte de uma estrutura mais complexa que se relaciona por meio das interfaces cognitivas.

Os pilares que sustentam o gerativismo são as teorias do Inatismo, da Gramática Universal, o modelo de Princípios e Parâmetros e a teoria da Modularidade da mente. A respeito desses pilares, Chomsky, no seu livro *Language and Thought* (1993) afirma:

“A criança constrói uma gramática com base na informação [fornecida pelos dados lingüísticos primários]. (...) Para aprender uma língua uma criança tem que ter um método biológico de elaboração de uma gramática dos dados lingüísticos primários. Como condição prévia à aprendizagem da língua, ela também tem que possuir, em primeiro lugar, uma teoria lingüística que especifique a forma da gramática de uma língua humana possível, e em segundo lugar, uma estratégia para selecionar uma gramática da forma apropriada que seja compatível com os dados lingüísticos primários. Como tarefa a longo prazo para a lingüística geral, poderíamos propor o problema de desenvolver uma explicação para esta teoria lingüística inata que fornece a base para a aprendizagem da linguagem. (Repare-se que uso de novo o termo -neste caso mais com o sentido de do que com o sentido com uma ambigüidade sistemática, para referir não só a predisposição inata da criança em aprender uma língua de um tipo determinado como também a explicação deste fenômeno pelo lingüista).” (CHOMSKY, 1993, p. 108)

A citação acima será destrinchada porque nela está a síntese do pensamento Chomskiano a respeito da teoria lingüística analisada. Na perspectiva predominante na década de 1950 (Behaviorismo), a linguagem resultava do contato do indivíduo com o meio no qual ele vivia, ou seja, era a partir das experiências e mediante o reforço, estímulo e resposta que os seres humanos aprenderiam a falar, assim, a linguagem não era um mecanismo considerado inato, mas apenas mais um processo fisiológico que poderia ser aprendido tal como tocar um instrumento, praticar um esporte e etc. Todavia, tal explicação é falha porque não dá justificativas satisfatórias sobre como uma criança, em seu processo de aquisição de

linguagem, produz sentenças que ela mesma nunca ouviu. Assim sendo, nota-se um domínio criativo da linguagem desde muito cedo.

Chomsky, em contraposição às pesquisas behavioristas, salienta que a linguagem não se aprende, ou seja, não é resultado de experiências oriundas da convenção, mas sim um mecanismo da herança genética humana, um aparato inato. O inatismo é também o principal argumento de Chomsky para o “Problema de Platão” (“Como podemos saber tanto tendo pouca evidência?”) (FRANÇA, 1994, p. 12) que será discorrido no capítulo 5 deste trabalho.

Assim, os primeiros dados linguísticos com o quais as crianças têm contato não são base o suficiente para a formação da competência linguísticas das mesmas, pois como já mencionado, a criança produz sentenças nunca antes ouvidas ou faladas, o que evidencia que há, já no período crítico de aquisição de linguagem, um complexo grupo de regras finitas que formarão um número de sentenças infinitas. É dessa constatação também que se chega à Gramática Universal.

2.2 - A Gramática Universal

Partindo-se da percepção do domínio criativo que o falante tem sobre sua própria língua, isto é, a nossa inventividade para produzir e compor novas sentenças nunca antes faladas ou ouvidas, e constatando que crianças dominam estruturas complexas da língua de suas comunidades linguísticas, ainda que sem necessariamente terem sido ensinadas, Chomsky chega à ideia de que os falantes têm um mecanismo incorporado à natureza humana, mecanismo este que o linguista chama, em 1965, de *Language Acquisition Device - LAD*, e que, na teoria linguística, é comumente chamado de Gramática Universal (GU), que diz respeito à capacidade mental que permite à criança adquirir e produzir uma língua natural. Este mecanismo é acionado através dos chamados *inputs* (frases ou falas de adultos), que no futuro gerarão a gramática da comunidade a que a criança pertence. Assim sendo, o *LAD* permite que a criança ative as regras da sua língua nativa, e abandone as convenções que não se adequam à sua língua materna:

A criança que é exposta normalmente a uma fala precária, fragmentada, cheia de frases truncadas ou incompletas, é capaz de dominar um conjunto complexo de regras ou princípios básicos que constituem a gramática internalizada do falante. (...). Um mecanismo ou dispositivo inato de aquisição da linguagem (...), que elabore hipóteses linguísticas sobre dados linguísticos primários (isto é, a língua a que a criança está exposta), gera uma gramática específica, que é a gramática da língua nativa da criança, de maneira relativamente fácil e com certo grau de instantaneidade. Isto é, esse mecanismo inato faz “desabrochar “ o que “já está lá”, através da projeção, nos dados do ambiente, de um conhecimento linguístico prévio, sintático por natureza. (SILVA, 2008, p.5)

A Gramática Universal (GU) possui todas as regras fundamentais das línguas naturais, e é a partir de operações cerebrais/mentais de parametrização, no período crítico de aquisição de linguagem, que as crianças transformam a GU na gramática de suas respectivas línguas maternas, isto é, na gramática internalizada de uma língua específica. Chomsky (1981) faz uso da “metáfora da fechadura”, argumentando que toda criança nasce com uma fechadura pronta para receber uma chave, sendo cada chave responsável por acionar a aquisição de uma língua nativa distinta. O pesquisador argumenta, desta forma, que todo indivíduo nasce portador das mesmas capacidades, o que nos permite desenvolvermos qualquer língua nativa.

2.3 - A teoria de Princípios e Parâmetros

A teoria de Princípios e Parâmetros, formulada por Noam Chomsky, em 1984, surgiu como uma resposta às diferentes dúvidas decorrentes do funcionamento da Gramática Universal. A teoria afirma que a GU constitui-se por “leis”, ou seja, princípios que estão presentes em todas as línguas. Cada língua específica também possui determinados parâmetros, sendo destes diferentes parâmetros que nascem as diferenças entre as línguas. Na perspectiva de Chomsky, os contrastes entre as línguas existentes não são tão grandes do ponto de vista gramatical e sintático, o que facilita a compreensão da Gramática Universal.

A criança, ao ser exposta a diferentes *inputs* de uma determinada comunidade linguística será apta a selecionar e atribuir valor aos parâmetros que a língua de sua comunidade possui. Segundo Silva (2008, p.5), a forma como ocorre a atribuição dos valores aos parâmetros possui três diferentes propostas:

Hipótese maturacional – os parâmetros estão programados geneticamente e no decorrer da aquisição da linguagem tornam-se disponíveis. ·

Hipótese da competência total – a criança possui todos os princípios da Gramática universal desde o início e para a fixação dos parâmetros é necessária uma exposição mínima aos dados lingüísticos primários.

Hipótese lexical – embora os princípios estejam todos disponíveis, o desenvolvimento sintático depende da aprendizagem de novos itens lexicais e morfológicos.

A teoria do *Switch paramétrico* fica mais facilmente notável quando paramos para observar crianças no período de aquisição de língua materna. Ao dizer “eu sabo” no lugar de “eu sei”, já se percebe que a criança tem sua própria gramática baseada em regras; elas não apenas reproduzem o que observam dos pais. Todavia, esse “erro” não é característico da sintaxe (visto que a criança sabe perfeitamente selecionar o verbo “saber” e também entende que este verbo tem dois argumentos: “eu” e aquilo que é sabido.) Crianças também não têm problemas para entender frases e sentenças. A explicação para tal fenômeno é que basta para a criança apenas estabelecer os “*switches*”, tal *switch* já foi anteriormente mencionado, sendo

explicitado como “metáfora da chave.” Assim, a criança apenas estabelece qual chave acessar para aprender a língua da comunidade a qual ela está exposta.

GLENDAY (2008, p. 76) afirma que “como pré-condição para a aprendizagem de uma língua, a criança deve possuir uma teoria lingüística que especifica a forma da gramática de uma língua humana possível e uma estratégia para selecionar uma gramática na forma apropriada e compatível com os dados primários.” Neste trabalho entende-se que o pré-requisito para a aquisição de uma língua é a Gramática Universal, que todos seres humanos possuem, e é utilizando-se dos princípios e parâmetros que selecionamos uma gramática internalizada.

2.4 - A Modularidade da Mente

A modularidade da mente, como o próprio nome sugere, trata-se da segmentação da configuração cerebral em sistemas desenhados especificamente para funcionarem para desempenhar determinadas tarefas, assim, a perspectiva modular da mente/cérebro entende que o cérebro tem seu funcionamento moldável, o que significa dizer que tal órgão não possui uma estrutura única e sim modular.

Os sistemas chamam-se domínios cognitivos, e se desenvolvem no cérebro humano exatamente devido a um substrato inato de teor variado que causará respostas diferentes das obtidas por outro domínio (FRANÇA, 1994, p.27). É interessante observar como tal conceito é fundamental para a compreensão de todos os outros fundamentos da teoria Gerativa, posto que, para Noam Chomsky as línguas naturais nascem todas do mecanismo da Gramática Universal, isto é, elas possuem determinadas estruturas e são parametrizadas a partir de princípios universais, permitindo, assim, que uma criança seja apta a adquirir qualquer língua. Essa capacidade não seria possível se a mente não fosse modular, visto que é exatamente a modularidade da mente que possibilita as faculdades mentais, entre as quais está a faculdade da linguagem, responsável tanto pelo mecanismo da GU quanto pela aquisição de linguagem.

Segundo França (1994, p. 34) a diversidade e especificidade das ações cognitivas como um todo apontam para um especificidade intrínseca de cada domínio cognitivo, evidenciando, assim, que os órgãos mentais são desenhados para processar um número finito de variáveis inatas com infinitos valores. Essa teoria basilar do Gerativismo será mais detalhada nesta monografia no capítulo três “Mente e Linguagem: O que dizem os postulados?” bem como a relação destes postulados com a modularidade da mente em si, e o impacto destas pesquisas na teoria lingüística.

3. MENTE E LINGUAGEM: O QUE DIZEM OS POSTULADOS?

3.1 Mente e Linguagem: Breves recapitulações

Antes de pensar a relação entre mente e linguagem propriamente dita, é necessário pensar, em termos bem didáticos, o que é a mente e o que é a linguagem, separadamente, para então refletir sobre a relação entre ambos. A mente, em termos bem gerais, é entendida como um complexo fenômeno da natureza humana que se associa ao ato de pensar. E não apenas isso, ela está envolvida em tantos outros processos do comportamento e da cognição dos humanos.

Há um campo de estudos chamado de “Teoria da Mente”; os pesquisadores desta teoria a definem, segundo Jou e Sperb (1999), como “a área que investiga a habilidade de crianças pré-escolares de compreenderem seus próprios estados mentais e dos outros e, dessa maneira, predizerem suas ações ou comportamentos.” E foi através dos estudos sobre cognição animal, na década de 70, que o interesse por essa área aumentou. Jou; Sperb (1999) também cita um dos primeiros estudos sobre o assunto, que será relatado no parágrafo a seguir.

Em 1978 Premack e Woodruff produziram um artigo intitulado “Os chimpanzés têm uma teoria da mente?”. O trabalho era um relato de uma experiência com chimpanzés através do qual foi averiguado se tais mamíferos poderiam interpretar a intenção de um ator. Foi exibido ao chimpanzés um trecho de um filme no qual um ator tentava alcançar uma penca de bananas (sem sucesso). Depois, várias fotos eram mostradas aos chimpanzés para que eles tentassem adivinhar qual das fotos mostrava a intenção do ator. Uma das chimpanzés escolheu a foto que representava o intérprete da cena empilhando cestos para alcançar as bananas, o que demonstrava, assim, que a primata era hábil para identificação da intenção do ator e também a forma através da qual ele se utilizaria para obter as bananas. Obviamente, o estudo não é totalmente conclusivo, e muitas dúvidas permanecem acerca da teoria da mente até os dias atuais. Todavia, é interessante notar como os questionamentos e as pesquisas na área tem lidado com algo que é tão extremamente inerente aos seres humanos, como o próprio ato de pensar, e consequentemente sobre o conhecimento da mente.

Ao pensar sobre linguagem estamos pensando sobre relações (intencionais ou não) entre os seres humanos. É impossível imaginar qualquer tipo de evolução ou a própria história da humanidade sem inferir que, em todo o percurso histórico do humano, a linguagem estava lá. Assim sendo, a linguagem é inerente à nossa história, visto que ela diz respeito não apenas à capacidade de expressão de pensamentos, mas também a uma capacidade necessária à vida em sociedade.

A linguagem difere os seres humanos de outros seres vivos, sendo considerada até mesmo uma das maiores capacidades evolutivas de nossa espécie. Os *homo sapiens* têm a capacidade de usar símbolos para descrever diversas abstrações, como ideias, sentimentos e desejos, ou seja, usamos a linguagem para transformar manifestações e ícones mentais em expressão material. Em contrapartida, mesmo que o sistema comunicativo de outras espécies também possa ser complexo, configura-se de forma limitada, visto que, muitas vezes, se atém apenas a manifestações sonoras, físicas, e etc, para exprimir necessidades relacionadas à alimentação e reprodução.

A aquisição de linguagem é apontada por muitos linguistas como sendo produto inato ao ser humano, sendo também uma adaptação biológica exclusiva do *homo sapiens*. Como já mencionado anteriormente, um dos principais intelectuais e linguistas que defende tal posição é Noam Chomsky. Este trabalho se fundamenta, principalmente, nas formulações de Chomsky, apesar de recapitular outros postulados.

É impossível pensar em linguagem sem pensar em língua e fala. De acordo com Hora et al (2019):

Saussure (1916, p. 17) esclarece: Mas o que é a língua? Para nós, ela não se confunde com a linguagem; é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.

Assim sendo, de acordo com Ferdinand de Saussure, a linguagem é uma faculdade, sendo a língua o instrumento que permite que esta linguagem se concretize. A língua é também caracterizada como uma elemento social de um grupo, o que significa dizer que ela é fundamental e hegemônica, à medida que um único ser humano não pode alterá-la, só as mudanças que são acordadas (muitas das quais levam anos e anos) são inseridas na língua. Para o linguista, “fala” é um ato individual de vontade e inteligência” (Saussure, 1995, p.22). Depreende-se dessa afirmação que a “fala” é a manifestação de cada indivíduo de uma determinada comunidade.

É evidente que um dos grandes nomes da Linguística a pensar a relação entre “Mente e Linguagem” é Noam Chomsky. A visão do linguista e filósofo acerca da temática estudada será analisada no próximo tópico, no qual esta monografia se valerá do artigo “Mente e Linguagem: a perspectiva Chomskyana e sua repercussão nas discussões de Putnam e Fodor e Searle” de Freitas (2015), focando-se nas repercussões em Putnam e Fodor, bem como a ressonância destas pesquisas para a área de estudo. Feito isto, o trabalho visará a pensar a relação destes postulados com a modularidade da mente. Afinal de contas, se cada parte da

mente humana é dividida e projetada para executar determinadas funções, é interessante pensar sobre o “módulo”, ou o domínio cognitivo, responsável pela faculdade da Linguagem.

3.2 - Os postulados teóricos: Noam Chomsky

Dadas as definições de “mente” e “linguagem”, o presente trabalho pensará a relação entre ambos. Como já evidenciado, as duas esferas são de interesse de muitas pesquisas e estudos, mas foi somente na década de 50 que Noam Chomsky começou a estudar a relação entre ambas as áreas, e evidentemente, trazer a reflexão de que estas estariam muito mais relacionadas do que o previsto até aquele momento. Os estudos de Chomsky repercutiram em muitos outros trabalhos, mas Freitas (2015, p. 3) optou por debruçar-se sobre Putnam, Fodor e Searle porque estes pensam a natureza, funcionamento e estrutura da linguagem enquanto instância interna e/ou externa ao indivíduo, bem como a configuração da linguagem na mente.

A perspectiva de Chomsky é internalista e naturalista (Freitas, 2015, p.4). Como supracitado nas Fundamentações Teóricas, no Gerativismo a faculdade humana de linguagem é uma propriedade inata do ser humano, sendo assim considerada um órgão da linguagem, e como os outros órgãos, possui expressão genética e diferentes sistemas. Nesta concepção, o curso da experiência serve de *input* e fornece a linguagem como *output* – representado na mente/cérebro (p.3-4). Segundo Luque & Villa (1995, p. 157)

input lingüístico refere-se a "toda experiência proporcionada pelo uso que os demais fazem da linguagem em suas interações e, especialmente, ao comunicar-se com o próprio sujeito, é sua principal fonte de informação sobre a própria linguagem, sobre a cultura, e sobre o papel da linguagem na cultura"

Output significa literalmente “produção”, portanto, é tudo que o indivíduo produz. Assim, Freitas (2015) está dizendo que no sistema de aquisição de linguagem os *inputs* lingüísticos são fundamentais para o desenvolvimento do estado inicial (GU) à aquisição da língua materna e que a materialização dessa língua são os *outputs*, mas suas representações se dão na mente/cérebro antes de serem propriamente externalizadas.

A Gramática Universal designa o conjunto de princípios lingüísticos geneticamente determinados, isto é, diz respeito ao estado inicial da faculdade de linguagem, o qual permite a existência de um número indefinido de línguas humanas possíveis (CHOMSKY, 1957). Além disso, a Gramática também é um aparato biológico/mental de caráter universal, concebido como um “sistema de princípios, condições e regras que são elementos ou propriedades de todas as línguas humanas, não por mero acaso, mas por necessidade [...] biológica, não lógica” (CHOMSKY, 1975, p.28).

A Gramática Universal em Linguística Gerativa fundamenta aquilo que se pode observar em crianças bem novas, durante seu período de aquisição de linguagem: a capacidade de criar um número infinito de sentenças, com base nas regras de sua própria língua, assim sendo, regras finitas. Observa-se uma criança falar frases como “Eu vou desfechar a porta” porque o indivíduo já adquiriu o prefixo “-des”, portanto sabe que ao inseri-lo em raízes ou palavras, seu significado passa a ser o oposto, como negação ou separação. Dizer que a GU é um aparato biológico/ mental evidencia o caráter naturalista que o Gerativismo possui, sobretudo quando comparado ao Behaviorismo. “Biológico” implica afirmar que esta capacidade está no ser humano e com o ser humano, sendo assim inata. A discussão acerca do caráter naturalista da linguagem floresceu, principalmente na década de 50, durante a chamada Revolução Cognitiva.

A revolução cognitiva, no fim dos anos 50, ganhou ainda mais notoriedade com a publicação da resenha de Chomsky sobre o livro Comportamento verbal (1957) de Skinner. Freitas (2015, p.5) afirma que é durante a adoção dessa perspectiva cognitivista que:

O comportamento, e o que dele emerge, passou a ser tomado como um dado passível de propiciar evidências acerca dos mecanismos mentais, bem como sobre as formas pelas quais esses mecanismos operam na execução de ações e interpretação de experiências, em detrimento de ser considerado como o objeto próprio de estudo.

Para compreender porque o cognitivismo adotou essa posição, é importante recorrer às teorias de aquisição de linguagem antecessoras, sobretudo ao Behaviorismo e ao Conexionismo e compreender de que maneira a teoria Gerativa se contrapõe a estas. Segundo Schermak (2011, p.3) aquelas duas teorias têm uma base empirista, ou seja, todo o conhecimento provém unicamente da experiência, assim, tais teses não consideravam a mente como um elemento fundamental para a compreensão e justificativa do processo de aquisição, já que todo conhecimento humano, inclusive o próprio processo de aprendizagem, é oriundo da experiência. Esse processo de aprendizagem (empírico) é fruto da capacidade dos homens de formar associações entre estímulos (uma espécie de *input* ambiental, sob a perspectiva gerativa) e respostas (*output*) somados por reforço positivo ou negativo. Em outras palavras, a língua, dentro desta perspectiva, não é inata. Ela é fruto de um processo no qual o indivíduo simplesmente aprendeu a ter certos comportamentos (respostas) no ambiente (estímulos) que vive, e com isso ele é apto para responder adequadamente às situações pelas quais passa na sua comunidade linguística. Dessa forma, conclui-se que o Behaviorismo “consistiu em uma tentativa de estabelecer que todos os fenômenos complexos humanos, entre os quais a linguagem, poderiam ser explicados tendo-se como objeto científico o comportamento.” (FREITAS, 2015, p.6). O conexionismo, segundo Schermak

procura explicar fatos linguísticos desconsiderados pelos behavioristas, como por exemplo, a maneira como as crianças aprendem a falar através da capacidade criativa em realizar construções frasais que ninguém lhes ensinou. Na sua pesquisa em aquisição da linguagem, Del Ré (2006, p. 19) explica que “embora [o conexionismo] ainda não considere a mente como participante do processo de aquisição, admite que o cérebro e suas redes neurais sejam responsáveis pelo aprendizado instantâneo, no momento da experiência empírica”. Assim, busca-se a interação entre a rede neural (organismo) e o meio externo (ambiente). O ambiente fornece estímulos e a criança fornece as respostas, tanto pela compreensão quanto pela produção linguística. A criança durante o processo de aquisição é recompensada ou reforçada na sua produção pelos adultos que a rodeiam.

Evidentemente, o Gerativismo vai em direção oposta a tais teorias, visto que Chomsky defende um viés racionalista, ou seja, à mente é atribuída a responsabilidade acerca da aquisição da linguagem. Chomsky pauta-se na premissa de que o conceito de representação, sob a forma de atividade mental, seria totalmente plausível a um modelo científico de explicação dos fenômenos humanos (FREITAS, p.6).

Chomsky tece sérias críticas ao Behaviorismo, dentre as principais: segundo o linguista, não é possível entender o processamento mental humano sem compreender as regras que regem o processamento cognitivo de uma proposição, ou seja, investigar como essas proposições se formam é fundamental. Em outras palavras, as variáveis observadas pelo behaviorismo relativas ao comportamento verbal apenas se detinham a exames externos ao homem, ou seja, não observavam os processos mentais por trás disso, nem mesmo os consideravam. Noam Chomsky defende que há processos mentais em andamento entre os *inputs* e *outputs* durante o processamento da comunicação, e que tais processos precisam ser levados em consideração (p.5-6). Além disso, Chomsky ainda apontou mais dois aspectos na proposta de Skinner: os resultados obtidos em pesquisas em laboratório não podem ser generalizados na ausência de controle rígido; resultados advindos de experimentação em outras espécies de animais (não humanos) não podem ser considerados como “livres de restrição de espécie” (SKINNER, 1957, p.3), visto que tantas questões envolvem o comportamento humano, consequentemente, estudos limitados a laboratório não abarcavam a complexidade de tamanhos processos (p.6). Conclui-se que na perspectiva Gerativista a natureza, e todos os aspectos biológicos são de importância enorme, dado o fato de que uma parcela representativa das regras responsáveis pelo processamento linguístico seriam inatas, regras estas advindas da mente/cérebro dos seres humanos.

As regras seriam inatas, porém Freitas (2015) salienta:

Na perspectiva de Chomsky (1957), considerando que, em sua exterioridade, a linguagem consiste em cadeias de representações discretas, que podem gerar novas cadeias de símbolos – processos passíveis de serem modelizados pela lógica –, a referida capacidade humana necessita de um suporte material que, segundo o

linguista, é responsável pelo cálculo de representações inacessível à consciência, cujos universais formais têm determinação inata. Esse aparato biológico, de configuração neuronal, é, portanto, de natureza algorítmica, podendo ser analisado e simulado, do que advém a plausibilidade de uma mente computacional e da existência de regras e representações simbólicas, bem como o postulado da autonomia da sintaxe em relação à semântica e do caráter gerativo da primeira em detrimento do caráter interpretativo da segunda (CHOMSKY, 1957).

É a sintaxe que permite aos seres humanos a possibilidade de combinar e recombinar regras aceitáveis em uma língua natural, gerando assim um número infinito de sentenças gramaticalmente admissíveis em um idioma. É também através da sintaxe que se determina se uma sentença é agramatical ou não, isto é, sintaticamente aceitável. A sintaxe ocupa um lugar de protagonismo no Gerativismo porque ela é fundamental para a compreensão da formação e do desenvolvimento das regras da linguagem, e também para o entendimento de como a relação entre a formação e o desenvolvimento se dão, bem como a estrutura cognitiva por trás disso tudo: a estrutura mental particular da linguagem (FREITAS, 2015). Tal perspectiva de Chomsky é o que o leva a uma visão modular da mente/cérebro, que será mais explorado no capítulo 4 “A modularidade da mente.”

3.3 - Os postulados teóricos: Hilary Putnam

Putnam foi um importante nome da filosofia ocidental, sobretudo nos campos de filosofia da mente, linguagem e ciência. Nos estudos sobre mente/linguagem suas principais contribuições são suas formulações teóricas sobre o Funcionalismo e o Externalismo semântico. No Funcionalismo, a grande contribuição de Putnam se deu no que tange à formulação dos estados mentais como funcionais, assim, a mente é concebida como análoga a um computador (FREITAS, p. 10). Tal teorização funcionalista, mais tarde, culminou na teorização de Henry Fodor acerca do simbolismo representacional-computacional autônomo dos estados funcionais que serão estudados no subcapítulo 3.4.

Putnam se utilizou do experimento mental “terra gêmea”, descrito no seu artigo “The meaning of meaning” (1975) como principal argumentação para seus postulados relativos ao Externalismo Semântico.

O argumento da Terra Gêmea é desenvolvido por Putnam para refutar as teses de semântica tradicional descritivistas, as quais Putnam julgava inadequadas por suporem que os significados dos termos seriam conferidos essencialmente por um conjunto de regras semânticas, o que implicaria dizer que qualquer falante poderia se dizer conhecedor pleno de uma palavra se dominasse as regras de uso da mesma. Além disso, Putnam opôs-se às teorias de referência que diziam que conhecer o significado de um termo é estar em um determinado

estado psicológico, e que o significado de um termo determinaria sua extensão (Fonseca, 2015, p.3)

Hilary Putnam acreditava que a referência era estabelecida por relações causais objetivas e externas existentes entre o objeto de referência e os estados internos mobilizados durante o emprego de tal termo pelo falante, ou seja, um estado mental por si só não poderia determinar a extensão de algumas palavras (FREITAS, 2015). Este é seu principal argumento com o experimento da “Terra Gêmea”, no qual Putnam defende que nenhum estado mental seria apto a determinar a extensão de uma palavra como “água”.

No experimento há duas terras: o planeta Terra e a Terra Gêmea (TG), este último sendo um planeta com semelhanças com o nosso, seja culturalmente seja linguisticamente. Todavia, o que no planeta Terra se entende como “água” (que tem como extensão H₂O), na Terra Gêmea possui uma formulação química completamente diferente da nossa, sendo conhecido como XYZ. Quando os terráqueos viajam à TG eles se deparam com um elemento completamente semelhante ao que entendemos como “água”, isto é, com todas as características aparentes do que compreendemos como H₂O, assim, os terráqueos encontram-se confrontados entre escolher entre duas alternativas: (I) a palavra “água” que significaria exatamente a mesma coisa na Terra e em TG, mas com extensões diferentes ou (II) o que os falantes de TG acreditam ser “água” não é água de fato, visto que as extensões água (na Terra e em TG) são diferentes. Para o filósofo estudado, a alternativa II seria verdadeira, visto que “água” (como é entendido na nossa Terra) não pode ser composto de uma outra fórmula se não H₂O. Assim, Putnam declara que a extensão da palavra “água” foi fixada aqui na Terra, já a extensão da palavra “Água” em TG, foi fixada em TG (FONSECA, 2015, p.199).

Ratifica-se então, o que Putnam acredita ser o externalismo semântico, isto é, a referência é estabelecida por relações causais e externas entre o objeto de referência e os estados mentais ativados durante um termo por tal falante. Duas conclusões podem ser tomadas de tal experimento (FREITAS, 2015):

i) As intensões dos termos, interpretadas como os estados mentais que correspondem à apreensão do sentido de um termo, não determinam a extensão; e ii) O conteúdo descritivo de termos não é suficiente para determinar a extensão. Portanto, na concepção de Putnam (1975), os significados não estão na “cabeça”, conforme assinalam os descritivistas, mas na coletividade, isto é, o estabelecimento do significado de um termo, da sua extensão, é dependente da cooperação entre os diversos membros de uma sociedade [...] (p. 8)

É evidente que a teoria de Putnam (1975) é muito criticada, visto que as conclusões tiradas do experimento “Terra Gêmea” têm aplicações efetivas para termos referentes a tipos

naturais, tais quais o termo água. Segundo o autor, “água” tem um componente indexical oculto, sendo sua referência fixada através de uma definição ostensiva no mundo natural (FREITAS, 2015). Todavia, Chomsky (2000) aponta que poucas são as coisas no mundo que realmente possuem essências, ou seja, poucos são os conceitos que, ainda que não sejam o suficiente para capturar a essência da referência, tal referência existe e definirá o significado, como acontece com “água”.

O externalismo semântico de Putnam é, assim, oposto à visão mentalista de Chomsky, já que o último afirma que há relação entre a faculdade de linguagem e a representação de mundo, uma vez que todas as palavras possuem propriedades semântico-conceituais, que surgem, em sua grande maioria, da natureza, ainda que possuam a contribuição da experiência, tais propriedades só podem ser usadas quando interpretadas pelos falantes. Putnam e Chomsky também discordam quanto à utilidade da Neurociência para esclarecer aspectos semânticos. Putnam acredita que tal ciência é capaz apenas de entender os fenômenos eletroquímicos que ocorrem no cérebro humano quando se utiliza uma palavra, não auxiliando assim na noção de significado, enquanto Noam acredita que os resultados obtidos em pesquisas neurocientíficas são eficientes para elucidar diversas questões quanto ao uso das propriedades semânticas da linguagem, se combinados a um estudo de aspecto mais computacional-representacional do cérebro (FREITAS, p.8-10).

3.4 - Os postulados teóricos: Jerry Fodor

Jerry Fodor foi um filósofo e cientista cognitivo, e no âmbito dos estudos filosóficos da mente suas principais contribuições são a Teoria Representacional da Mente e a Teoria Modular da Mente. Fodor foi influenciado por Chomsky, e pelo funcionalismo de Putnam. A primeira teoria trata a respeito de uma linguagem do pensamento e a segunda foca-se no estudo do que consiste a estrutura da mente e como são organizadas as capacidades cognitivas. Nos debruçaremos sobre ambas.

A Teoria Representacional da Mente é nada mais que a teorização de um sistema representacional dos processos cognitivos que estão por trás da linguagem. Fodor em *The Language of Thought* (1975) afirma que para que os processos cognitivos ocorram, há, necessariamente, modelos computacionais por trás disso que só se concretizam a partir de um sistema representacional. Com isso, Fodor quis mostrar que a estrutura geral pressupõe processos computacionais a um sistema representacional, ou seja, a mente possui processos psicológicos, químicos e biológicos, e um sistema que os representa. Tal sistema é a Teoria Representacional da Mente (FREITAS, 2018, p. 31).

Fodor (1975) inspirado pelos modelos computacionais debruçou-se sobre a procura de respostas relativas à maneira como o objeto do mundo real passa para o universo da referência linguística. Fodor acredita no comportamento do organismo, e é a partir desse comportamento que um determinado resultado é esperado. O ser pensante que está em uma determinada situação, acredita em determinado comportamento como resposta, como resultado, alguma consequência é esperada, gerando então, uma série de hipóteses (FREITAS, 2018). Tais consequências são, então, resultado da soma da crença ao comportamento do agente (o homem). Observemos o excerto abaixo (FREITAS, 2015)

Segundo o autor [Fodor], “certos tipos de padrões muito centrais de explanação psicológica pressupõem a disponibilidade, para o organismo atuante, de algum tipo de sistema representacional” (p. 31). Assim, a mente de um indivíduo necessita ter meios para representar: i) suas opções de comportamento; ii) as prováveis consequências de agir sobre as opções de comportamento; e iii) a situação original em que ele (o indivíduo) se encontra [...] (p.10)

Ao assumir um sistema representacional do agente, o que implica dizer que, ao observar a situação, o agente faz representações significativas para alcançar o resultado que ele acredita ser o correto. É isso que Fodor quer dizer ao afirmar que “certos tipos de padrões muito centrais de explanação psicológica pressupõem a disponibilidade de um sistema representacional” (p.31). Dessa maneira, o que se acredita é que entre as entradas e saídas linguísticas haveria uma mediação de um sistema de representações internas. Tais sistemas, por sua vez, se subdividiam em diferentes níveis de representação. Tais níveis dão conta da representação de (I) a provável consequência das ações comportamentais; (II) a preferência de uma ordem definida sobre aquelas consequências e (III) a original situação onde o sujeito se encontra. Fodor (1975, p.156) afirma que os diferentes níveis de representação são determinados “por uma diversidade de variáveis, incluindo fatores de motivação e atenção e o caráter geral das avaliações desse organismo sobre as demandas características de sua tarefa”.

Segundo Freitas (2015) a resposta que um agente fornece ante a um *input* linguístico é, então, determinada pela representação interna que o organismo atribui àquele *input*. Essa atribuição, por conseguinte, depende do modo do sistema representacional disponível no indivíduo, visando à mediação de processos cognitivos (p.11). Somente um sistema representacional complexo daria conta de alcançar todos os níveis de representação necessários para um bom funcionamento, assim, a performance do agente é consequência computacional definida sobre representações de suas possíveis ações (FREITAS, 2018, p.33), se não há representações, não existem computações; sem computações, sem modelo (FODOR, 1975, p.31).

[...]O comportamento resultaria de uma computação, fator que exige a existência de um sistema de representações ou uma linguagem do pensamento, o “mentalês”, de forma que as rotinas computacionais constituintes das possibilidades cognitivas dos indivíduos são estabelecidas pelas fórmulas oriundas dessa linguagem interna. Desse modo, a linguagem do pensamento preenche a lacuna entre a trajetória do objeto no mundo real e a sua respectiva referência linguística, seu sentido. Conforme Fodor (1975), “a representação pressupõe um medium de representação, e não há simbolização sem símbolos. Em particular, não há representação interna sem uma linguagem interna (p. 55).

O que se constata é que, para Fodor (1975), essa “Linguagem Interna” seria a representação da função computacional da mente, possuindo características semelhantes a de uma Língua Natural. Tais analogias se dão por alguns motivos: tal qual uma língua natural, a linguagem interna permitiria uma infinidade de representações distintas, não havendo limite para a complexidade de uma frase. A linguagem do pensamento também pressupõe, em suas representações (dadas por fórmulas), igualdade semântica, propriedades de verdades e referências, prognosticando, assim, a capacidade de descrição do real e seus possíveis estados (FREITAS, 2018, p.33).

Para o filósofo (1975) a linguagem do pensamento é um requisito necessário para que os indivíduos adquiram uma língua natural, visto que para “aprendermos” uma primeira língua precisamos da construção de gramáticas em concomitância a um sistema inato de universais linguísticos (FREITAS, 2015, p.11). A linguagem do pensamento é o que permite a representação desses universais, das gramáticas concorrentes e de enunciados observáveis. Assim, a linguagem do pensamento é, tal qual a GU, inata, não sendo adquirido ante a exposição linguística conforme as línguas naturais. Fodor (1975) além de defender a tese da linguagem inata, também postula uma teoria da mente que admite a existência de estados mentais, de causalidade mental e de conteúdo informativo inato (FREITAS, 2015, p.12). Fodor também:

[...] associa a Psicologia Cognitiva à Teoria da Computação, ao explicar de que forma os objetos mentais, como pensamentos e conceitos, podem fornecer domínios aos processos mentais, entre os quais o raciocínio, sendo possível abordar os processos mentais como tipos de computações, as quais consistem em operações formais definidas sobre as estruturas sintáticas das representações (FODOR, 1975).

Fodor (1983) utilizando da teoria transformacional de Chomsky defende que os módulos de processamento de informação – módulos mentais ou cognitivos – são inatos, de maneira que, ao longo da vida do ser humano, há uma adaptação desses módulos ao ambiente (FREITAS, p.12). Adotando a perspectiva da modularidade da mente, o cientista cognitivo defende que:

[...]os processos mentais são mais bem pensados como módulos independentes ou “encapsulados”, funcionando cada um com regras próprias e processos próprios em “módulos verticais”, como a linguagem, a análise visual ou o processamento musical, cada um com seu modo de operação característico. Módulos estes ligados a um “processador central” que tenha acesso às informações de todos os outros módulos. O processador é “flexível” para tomar decisões e resolver problemas por meio dos vários inputs que recebe, permitindo que se construam hipóteses (crenças) de como o mundo é. (CANDIOTTO, 2008, p.5)

Dessa maneira, observa-se que em “A modularidade da mente” Fodor, juntamente com Chomsky (1981), defendem uma psicologia das faculdades mentais, que visam a observar de que forma a estrutura mental se constrói e de que maneira se organizam as nossas capacidades cognitivas. Tal teoria será observada de maneira mais detalhada no capítulo seguinte, com o intuito de que, ao final da mesma, sejamos aptos a perceber que a modularidade da mente é fundamental para compreendermos as noções de palavras da Morfologia Distribuída acerca da relação entre pensamento e linguagem.

4 - A TEORIA DA MENTE MODULAR: PESQUISAS CIENTÍFICAS

Utilizando-se principalmente da dissertação de França (1994) e do artigo de Hora et alii (2019) este trabalho se inclinará, brevemente, sobre algumas pesquisas que argumentam favoravelmente à teoria da mente modular, já mencionada no capítulo 2 “Fundamentação teórica.”

Como anteriormente declarado, a ideia de modularidade da mente é concernente ao fato de que a mente se divide em módulos mentais/cerebrais inatos que são responsáveis por funções cognitivas específicas. É devido à modularidade que a existência de uma faculdade da linguagem é possível, e conseqüentemente, a GU também, visto que existe um módulo responsável por esta. Chomsky influenciou o psicolinguista anteriormente estudado, Jerry Fodor, que também acredita que a mente se divide em módulos que trabalham de maneira independente no processo de informações. Somados a Fodor e Chomsky, tem-se também Howard Gardner com a “teoria das múltiplas inteligências” que, em muito, se parece relacionar à modularidade da mente. HORA ET ALII (2019) afirma que a modularidade:

Disseminado por Fodor, Kenedy (2013, p. 37) explica: Entendemos que a mente humana seja muito diferente de uma ferramenta única multiuso. Ela é, na verdade constituída, por diversos compartimentos, isto é, divide-se em módulos especializados na execução de tarefas específicas. Isso quer dizer que o que entendemos por inteligência é, de fato, um conjunto de inteligências especializadas e autônomas, como a linguagem, a visão, a memória, a percepção espacial, as relações lógico-matemáticas etc. A esse conjunto de inteligências (os módulos) chamamos de mente. (p. 164)

O cérebro humano, segundo Springer e Deutsch (1998) é dividido em dois hemisférios, sendo o hemisfério esquerdo relacionado às funções da linguagem, bem como a capacidade de fala e escrita. Tal hemisfério também é responsável pelo aporte à interpretação e relação de conhecimentos, ou seja, é nele que se encontram as áreas de Wernicke e Broca, responsáveis pela percepção e expressão de linguagem, o que implica dizer que as lesões nessas áreas podem gerar as chamadas afasias verbais. O Hemisfério direito já estaria muito mais ligado aos “processamentos das emoções, imaginação visual, percepção de padrões, à música, à faculdade de cantar e organização visuoespacial [...]” (HORA ET ALII, 2019, p.160).

Howard Gardner, um psicólogo cognitivo, ciente das especificidades de cada hemisfério, e insatisfeito com a forma como os testes de Q.I eram aplicados até aquele momento (década de 80), desenvolveu alguns estudos juntamente com outros pesquisadores da Universidade de Harvard. Tais estudos geraram a chamada “Teoria das múltiplas inteligências”, visto que Gardner (1994) afirmou que havia evidências que favoreciam a existência de diversas competências intelectuais humanas, competências estas com uma certa independência umas das outras, que poderiam ser modeladas e combinadas de múltiplas formas (p.11)

O que se observa é que a teoria modular da mente e a das inteligências múltiplas se complementam em alguns aspectos visto que ambas pressupõem, de alguma forma, a modularização dos conhecimentos cognitivos.

França (1994) dedicou um capítulo da sua dissertação a dois estudos de caso, Genie e Laura, acompanhadas, respectivamente, por Susan Curtiss (1977) e Jeni Yamada (1990). França argumenta que estes dois casos evidenciam a noção de modularidade da mente estabelecida por Chomsky.

O caso de Genie Wiley foi estudado por Curtiss (1977; 1981). Genie foi achada aos 13 anos por autoridades americanas, depois de ser mantida, basicamente, a vida inteira, em cárcere privado. Genie não tinha contato com outros humanos, e conseqüentemente sua exposição linguística, isto é, os *inputs* linguísticos eram inexistentes, o que significa dizer que a adolescente não falava e também não tinha adquirido uma língua materna. Genie, ao ser introduzida ao meio social, dois acontecimentos foram relatados: (I) Genie demonstrou ter um desenvolvimento cognitivo intacto, sendo capaz de, após alguns meses de exposição linguística, se fazer entendível sobre fatos (presente, passado, futuro) e também capaz de expor noções mais abstratas; (II) Genie, porém, possui uma capacidade de fala extremamente restrita, sendo apta apenas a aprender itens lexicais, mas não a sintaxe das sentenças. Mesmo

com muitos treinos, Genie não foi apta a internalizar a gramática da língua à qual era exposta (FRANÇA, p.54-55).

O que se conclui é que o caso de Genie corrobora a modularidade da mente e as especificidades do domínio de cognição, visto que a adolescente preservou a cognição no que tange a outros domínios cognitivos (como a capacidade de se expressar por meio de itens lexicais), mas foi inapta a adquirir uma língua natural. O caso de Genie também atesta o inatismo, visto que Genie, passado o período de maturação normal em uma criança, não foi capaz de aprender a falar uma língua materna, visto que o processo correto seria o de aquisição e não aprendizagem. Assim, França (1994) conclui que:

Aqui vale lembrar as palavras de Chomsky (1993), de que aquisição não é algo que a criança deseja, mas um processo que acontece com a criança. (iii) neurologicamente associado a um arranjo biológico específico. Este item para Genie tem relação com (ii)[inatismo]. O arranjo biológico específico para estruturação de linguagem, seja ele qual for, é de um tipo histológico que necessita de maturação. Outros arranjos biológicos se recompuseram em Genie; o da linguagem não. (iv) autônomo, encapsulado sem compartilhar fontes horizontais (ou seja, fontes sem especificidade de domínio) como a memória, com outros sistemas cognitivos. Genie teve um progressivo aumento mnemônico de itens lexicais que não resultaram em aumento de linguagem falada. [...] (v) não-montado, no sentido de não ser uma parte ou subproduto de outro sistema cognitivo, mas de ter um mapa arquitetônico implementado. Genie comprova este item, pois o caso mostra outros centros cognitivos 100% intactos e o da linguagem como não formado. Logo, a linguagem não poderia ser uma subparte de outro domínio que tivesse sido preservado até aquela data. (p.56-57)

O caso de Laura foi analisado por Jeni Yamada (1990) e acompanhava Laura, uma menina de 16 anos que nasceu com várias disfunções neurológicas, fisiológicas e/ou congênicas, que foram adquiridas no parto. A adolescente apresentava limitações que iam desde distúrbios de aprendizagem à psicose, bem como outros comprometimentos físicos. Yamada acompanhou o caso de Laura por 10 anos, tempo este no qual a adolescente foi submetida a múltiplos testes de inteligência e memória (FRANÇA, p. 57-58)

Os testes aos quais Laura fora submetida buscavam atestar o desenvolvimento linguístico da menina e, o que se percebe na passagem das transcrições de um destes testes é que Laura era apta a formar frases sintaticamente bem estruturadas, e também apresentava a capacidade de distinguir entre frases bem e mal-formuladas. Entretanto, apesar de Laura ter um desenvolvimento linguístico intacto no que tange à morfossintaxe e fonologia e ser, portanto, uma falante fluente, a adolescente tinha uma capacidade cognitiva extremamente comprometida, tendo notas baixíssimas em testes de Q.I., por exemplo. Assim, utilizando-se de França (1994) este trabalho assume que tais testes também evidenciam a modularidade da mente:

O caso de Laura é a clara contraparte do de Genie. Com Laura, as idéias do mundo são inexatas, o comportamento social não é aceitável e a inteligência é rudimentar. Porém a linguagem é intacta [...] Com Genie, as idéias do mundo são exatas, o comportamento social é aceitável e a inteligência é normal. Porém, a linguagem como estrutura sintática é inexistente.

Resumindo, com Genie e com Laura o domínio da linguagem não se desenvolveu como os outros domínios cognitivos. Nas duas, este domínio demonstrou ter um conteúdo específico, ser encapsulado e vertical, concretizando a metáfora chomskiana de modularidade da mente e suas especializações, conforme proposto por Fodor (1979). (59-60)

5- A MORFOLOGIA DISTRIBUÍDA: A RELAÇÃO ENTRE A FORMAÇÃO DE UMA PALAVRA E O SIGNIFICADO ATRIBUÍDO A ELA

A Morfologia Distribuída (MD) é um modelo teórico dentro da teoria gerativa que, diferentemente do modelo lexicalista, não concebe o léxico separado da sintaxe, antes, o modelo previa que todas as derivações de expressões linguísticas, seja de palavras, sintagmas, ou sentenças, ocorriam em componentes diferentes. As palavras eram armazenadas no Léxico; e sintagmas e sentenças formados na Sintaxe. Assim, a sintaxe na MD é o único componente gerativo da Gramática. Utilizando-se do modelo de Siddiqi (2009, p.14) este trabalho apresentará os principais pontos da MD, de forma sintética, focalizando a relação entre a formação de uma palavra e o significado atribuído a ela. Nos capítulos seguintes, dados do livro “1984”, de George Orwell, serão observados sob uma perspectiva sintática dentro do modelo da MD.

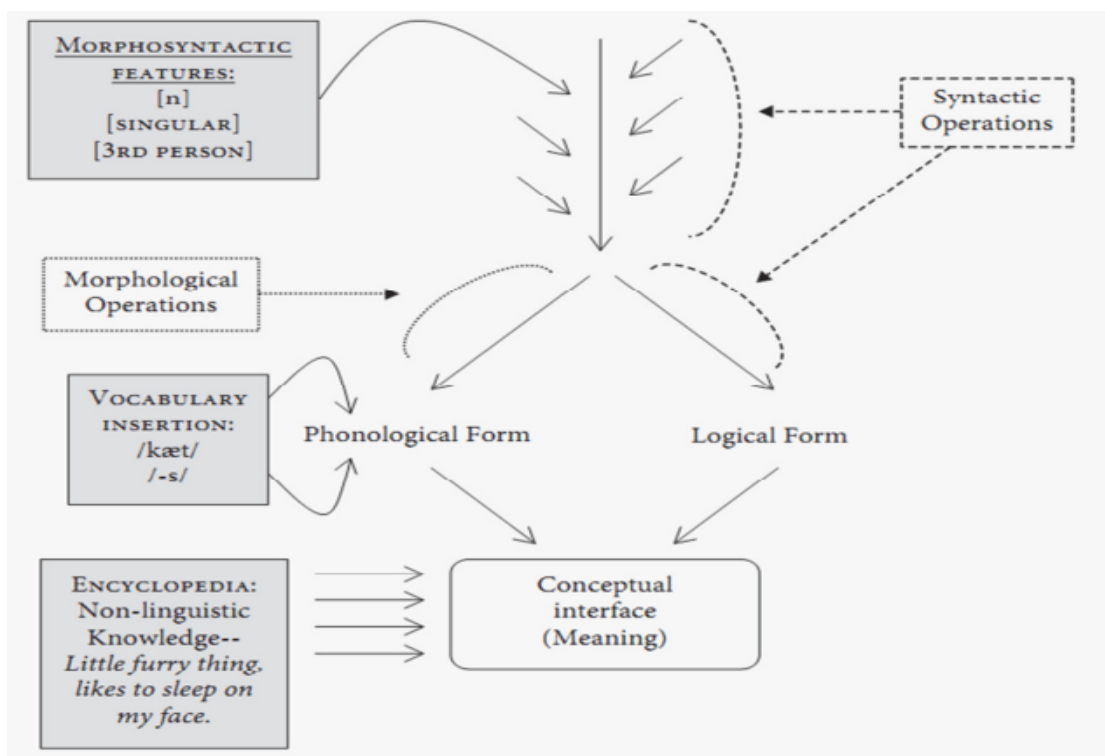


FIGURA 1. Arquitetura da Gramática na Morfologia Distribuída.

Como na Morfologia Distribuída não há um léxico onde as palavras ficam armazenadas, a MD prevê a existência de três listas responsáveis por guardar as informações necessárias para gerar um vocábulo:

A primeira dessas listas (Lista 1) armazena traços abstratos sem substância fônica, tais como nominalizador, verbalizador, adjetivador, tempo, número, pessoa, etc. Além desses traços, há também posições ocas, onde as raízes são inseridas. A segunda lista (Lista 2) armazena os chamados itens (ou peças) de vocabulário (prefixos, sufixos, marcas de concordância). Nessa lista está a informação fonológica ausente nos traços da Lista 1. A Lista 3 (Enciclopédia) armazena o conhecimento não linguístico do falante, isto é, o significado que uma palavra recebe por convenção. (SILVA, 2010, p. 3-4)

A Morfologia Distribuída, como o próprio nome sugere, é uma teoria sintática baseada em peças, ou seja, na distribuição das funções dos componentes gramaticais para a formação sintática de palavras, sintagmas e sentenças. Segundo Scher et alii (2013, p. 19-20) na MD as expressões/objetos linguísticos complexos são formados a partir de morfemas, e estas combinações se dão por meio de operações em estruturas sintáticas. A formação dessas expressões, como já anteriormente mencionado, acontece no componente sintático (*syntactic operations*), ou seja, os mesmos mecanismos responsáveis por formar sentenças estão presentes na formação de palavras. Distintivamente às teorias lexicalistas, a MD não prevê a exclusividade de alguns componentes à formação de palavras, visto que toda formação é sintática. Essa propriedade de exclusividade ficou conhecida como *Syntactic Structure all the way down* (“Estrutura Sintática por toda a derivação”) (HARLEY; NOYER, 1999).

O modelo estudado assume modos de armazenamento de informações distribuídos, ou seja, na MD a computação está partilhada entre os outros componentes da gramática. Ela não está concentrada no léxico, como é concebido em perspectivas lexicalistas, mas antes, mantém uma integração com a Fonologia, a Sintaxe e a Semântica. A MD também nega que haja uma ligação inerente e previamente armazenada entre som (gramatical) e significado (semântico). Na MD, a sintaxe irá operar com primitivos linguísticos (informações) que são raízes e conjuntos de traços abstratos gramaticais e semânticos (formais/gramaticais), ou “morfemas abstratos”, antes que estes sejam providos de conteúdo fonológico. Tais primitivos, raízes e traços são armazenados em *morphosyntactic features* (**Lista 1**); (Scher, 2013, p. 21)

Os traços, especificamente, são manipulados pelo Sistema Computacional e, assim, estão aptos a formar conjuntos de traços e morfemas abstratos com uma forma fonológica final, que será determinada após a aplicação de operações morfológicas; tal propriedade de inserção de conteúdo se chama *Late Insertion* (HALLE; MARANTZ, 1993). Este último

processo é regulado por regras que definem uma relação entre expressão fonológica e um traço gramatical ou semântico. Estes se encontram na arquitetura da MD em *Vocabulary Insertion* (**Lista 2**). Segundo Scher et alii (2013, p.23):

O processo de inserção tardia é regulado por Itens de Vocabulário (IV), que são regras que definem uma relação entre uma expressão fonológica e um traço gramatical ou semântico e, eventualmente, um contexto de inserção. Assume-se que esses itens encontram-se armazenados em uma lista, a Lista 2 (na Figura 1, acima, ela corresponde ao quadro ‘Vocabulary Insertion’)

Mas e a palavra, onde a palavra se encontra na MD? Primeiro, é necessário entender como a MD concebe a palavra “palavra”, e depois, entendermos a importância da *Encyclopedia* (figura 1) para a compreensão da relação entre palavra e significado.

Em primeiro lugar, é necessária a compreensão de que, levando-se em consideração que a MD é um modelo não lexicalista, a palavra não é tratada como uma unidade pré-definida. Isso implica dizer que o léxico não é categorizado em classes com as quais estamos normalmente habituados. A palavra é, então, uma estrutura sintática composta por raiz + categorizador, à qual atribuímos significado, ou seja, à qual imputamos um significado convencionalizado. Baseado em Chomsky (1970), Scher et alii (2013, p.25) afirma que uma mesma raiz pode formar diferentes categorias de palavras com traços mais acentuados (ex: +/- nome) a depender do nó que a domina na estrutura sintática, ou seja, de como a combinação com os traços abstratos será feita. Tal processo de combinação é chamado de “Assunção de categorização”

Raízes não podem aparecer (não podem ser pronunciadas ou interpretadas) sem serem categorizadas; elas são categorizadas por meio de concatenação sintática com núcleos funcionais definidores de categoria. Se todos os núcleos funcionais definidores de categoria são núcleos de fases no sentido de Chomsky (2001) — ou seja, se eles são núcleos que iniciam o spell-out — a assunção de categorização decorre da arquitetura geral da gramática. (SCHER ET ALII, 2013)

Postulada então, a concepção de palavra na MD, é importante mencionar que a formação destas ocorre nos módulos relativos à **lista 1 e 2** (esta última, responsável pela inserção de itens fonológicos), já a atribuição de um significado à palavra ocorre na **lista 3**, na *Encyclopedia* (Figura 1). Assim, a última lista é a que contém as entradas enciclopédicas que relacionam os Itens de Vocabulário da lista 2 a significados (SCHER ET ALII, 2013, p.26).

É na lista 3 que o conhecimento não linguístico do falante é armazenado, visto que os significados que uma palavra lexical ou expressão recebe em uma determinada língua são convencionalizados, ou seja, cada língua natural determina o conteúdo da lista 3. Para ilustrar tal afirmação, Scher et alii (2013, p. 26) exemplifica que a sequência fonológica que realiza “cachor-” denota, no Português Brasileiro, um mamífero ou uma ofensa em certos contextos.

Conhecer ambas as atribuições de significado dada a palavra “cachorro” é um conhecimento idiossincrático e arbitrário, ou seja, convencionalizado. Além disso, tal conhecimento também é particular, já que em outras línguas o primeiro significado (cachorro como mamífero) associa-se a outras sequências fonológicas. Dessa maneira, conclui-se que os módulos responsáveis pela constituição de uma palavra e o significado atribuído (s) a ela são diferentes. Além disso, o significado idiomático também atribuído a “cachorro” sequer podemos conjecturar em outras línguas, por exemplo, considerando a especificidade do significado atribuído a um item lexical já existente na língua.

Nos capítulos seguintes o presente trabalho observará o “Problema de Orwell” sob a perspectiva da Morfologia Distribuída. Discorreremos sobre como a compreensão da modularização no processo de formação de palavras da MD é fundamental para entendermos algumas concepções relativas à língua, linguagem e pensamento na obra “1984” de George Orwell.

6 - A METÁFORA DE ORWELL: LÍNGUA, LINGUAGEM E PENSAMENTO EM “1984”

Nas fundamentações teóricas do presente trabalho foi mencionado que Chomsky buscou no inatismo a resposta para o que ele chama de “Problema de Platão: como podemos saber tanto, tendo tão pouca evidência?” e que, como resposta a este questionamento, Noam formulou o “Problema da Pobreza de Estímulos”, que nada mais é do que a constatação de que os estímulos linguísticos fornecidos para a criança simplesmente não são o suficiente para dar conta de explicar o número ilimitado de sentenças produzidas pelas mesmas. Assim sendo, há algum aparato mental inato que explica esse tal saber diante de tão pouca evidência, tal aparato é o órgão da linguagem, a base da teoria do inatismo.

Muito embora o principal interesse de Chomsky seja o Problema de Platão, questão à qual o gerativista responde com a teoria do inatismo, previamente estudada nesta monografia, o linguista também demonstrou uma certa atenção à outro Problema, que é de grande interesse deste trabalho - O Problema de Orwell - levantado no romance “1984”, de George Orwell, que questiona “Como podemos saber tão pouco tendo tanta evidência?”. França (1994) afirma que ambos os problemas são de naturezas estruturalmente opostas. O de Platão nasce de um questionamento que gera uma provocação. Quando nos deparamos com as afirmativas do Problema de Platão lado a lado (saber pouco/ tendo pouca evidência) somos impelidos a procurar a resposta para tal indagação. Em contrapartida, o Problema de Orwell consiste em um sarcasmo sensorial, visto que ao analisar estas duas enunciações (saber pouco/

tendo muitas evidências) chega-se à conclusão de que nós sabemos de algo do qual não dizemos. Visto que temos tanta evidência, como poderíamos saber tão pouco? Tal indagação não nos impele a descobrir algo novo, mas sim ao reexame do que já sabemos (p.11-13).

O primeiro problema, inicialmente, é de ordem linguística e o segundo é da ordem política/social. E apesar de um desembocar em outro, o Problema de Orwell, sob uma perspectiva sociopolítica nos leva a constatar que, diante de tanta evidência, não sabemos pouco de maneira alguma. Apenas fingimos que sabemos pouco para a manutenção do jogo de dominância existente. Observando a citação de França:

Como, diante de tanta evidência da desigualdade humana, podemos saber tão pouco sobre a miséria que afeta os nossos semelhantes e desta forma nos eximirmos por ignorância? A resposta para esta pergunta retórica é que na verdade não somos ignorantes, só fingimos não saber. Fazemos isto para exatamente manter nossa posição privilegiada e manter a desigualdade que a garante. Chomsky diz ainda no prefácio do *Knowledge of Language*: “Ignorance is Strength”. (FRANÇA, 1994, p.16)

Conclui-se que o Problema de Orwell termina aquilo que a linguista chama de “sarcasmo sensorial” (p.12). E porque o problema de Orwell nos interessa? Porque este último e o Problema de Platão estão imbricados:

Ora, se sabemos que em um primeiro momento tínhamos pouca evidência e construímos um grande saber com ela, e se este grande saber serviu de grande evidência para que chegássemos dedutivamente ao inatismo (Resolução do Problema de Platão), quando, em seguida, refletimos sobre o Problema de Orwell, especificamente através de sua afirmação de que temos tanta evidência, podemos perceber, então, que não sabemos mais tão pouco assim, já que agora, sabemos que sabemos. Assim como a presença de um grande número de indigentes nas ruas nos dá evidência para entender que alguma coisa vai mal na organização daquela sociedade, as evidências da pesquisa linguísticas nos dão mais do que pistas, nos fornecem verdadeiros substratos para que tentemos relacionar a teoria linguística com a realidade fisiológica da mente. O Problema de Platão, resolvido pelo inatismo, desemboca no Problema de Orwell: Porque o mundo acadêmico não está disposto a assumir que sabe o que já se sabe? (FRANÇA, 1994, p. 18-19)

É tendo consciência do saber que podemos atingir o poder, e mais do que isso, é sabendo que se sabe que muitos utilizam o saber como uma ferramenta poderosa de manipulação e distorção da realidade. Ao não possibilitar que os outros saibam, ou ao fragmentar o saber, aqueles que estão em uma posição de poder mantêm a desigualdade:

Sobre o mecanismo de fragmentação do saber para manter o poder vale ainda citar que ele também foi apontado pelo filósofo francês Michel Foucault (1979) como a base para o capitalismo. Em seu livro *A Verdade e as Formas Jurídicas*, Foucault explica que a síntese de um saber confere ao pesquisador que o explicita em fragmentos um poder superável apenas pela resíntese da verdade por outro fragmentador. Para exemplificar o mecanismo, Foucault descreve uma edificação típica do início da era capitalista européia, uma fábrica italiana, chamada Panopticon, e mostra como o saber fragmentado conferido aos empregados resulta

no total poder do diretor da fábrica, que exerce uma espécie de onisciência dentro daquela estrutura [...] (FRANÇA, 1994, p. 17-18)

Na primeira parte desta monografia as fundamentações teóricas por trás da teoria Gerativista foram estabelecidas, e conseqüentemente, a resposta para o Problema de Platão foi respondida. Entretanto, após a resolução do primeiro problema, gostaria de falar sobre o segundo sob uma perspectiva da Morfologia Distribuída.

Mesmo que o propósito último deste trabalho não seja analisar “1984” sob uma perspectiva político-social, ou seja, o discurso propriamente dito, tal questão não deixa de ser fundamental para a compreensão das propostas seguintes. Visto que, de maneira semelhante ao que acontecia na Panopticon, no romance “1984” o dito Grande-irmão utilizava-se de um mecanismo de poder altamente perigoso - a língua - não apenas para fragmentar o saber, mas para manipulá-lo de tal maneira que sua autoridade fosse garantida por vastos anos. Todavia, um questionamento é instigante: será que de fato os cidadãos-personagens de “1984” não sabem do que de fato acontece ou apenas fingem não saber?

Nos capítulos seguintes o romance de Orwell será sintetizado rapidamente para, logo em seguida, refletirmos sobre a relação entre linguagem e pensamento em “1984”, bem como observarmos alguns dados da *NoviLíngua* sob a perspectiva-modular da Morfologia Distribuída.

6.1 - “1984” - língua, linguagem e pensamento

O romance Orwelliano foi lançado em 1948, porém se passa no ano de 1984. É da data fictícia em que a obra se situa que nasce o nome do romance. Acompanhamos, na obra, uma sociedade distópica altamente subordinada e oprimida pelo dito “grande-irmão”, o líder de maior autoridade sobre o estado transcontinental de Oceânica.

O Grande Irmão subiu ao poder graças a seu serviço prestado ao Partido, e quando da chegada do Partido ao poder através da luta armada, ele se tornou a figura máxima de autoridade em Oceânica. O Partido governante era o INGSOC, sigla para socialismo inglês. O partido era responsável por outros quatro ministérios: o Ministério da Paz, responsável pela guerra; o Ministério do Amor, responsável por espionar e controlar a população; o Ministério da fartura, responsável pela economia (precária, por sinal); e o Ministério da Verdade, responsável por tudo que é escrito desde notícias até entretenimento.

A sociedade de Oceania se dividia em classes, sendo a mais alta representada pelos membros do partido interno, tendo O Grande-Irmão como figura máxima.

O romance é narrado e protagonizado por Winston Smith, um homem de meia idade que lembra-se de como era sua nação (a antiga Inglaterra) antes da assunção do Partido INGSOC. Smith trabalhava no Ministério da Verdade e era responsável por reescrever notícias e outras documentações, seja com o objetivo de apagar fatos do passado quanto manipular dados do presente. Porém, em um dado momento do romance Winston se vê insatisfeito com o totalitarismo do Estado. Totalitarismo esse que invadia até mesmo as casas dos moradores de Oceania. Dentro e fora dos lares as “teletelas” monitoravam absolutamente tudo que as pessoas faziam vinte e quatro horas por dia. Ao redor da cidade vários cartazes expunham “O Grande-Irmão está de olho em você”(ORWELL, 2009, p.9). Assim, o medo dominava as mentes dos moradores, visto que a qualquer momento eles poderiam ser pegos ou denunciados por alguém.

Uma das grandes ferramentas de manipulação do governo foi a criação da *NoviLíngua/NovaFala*, um novo idioma. O interessante é que a *NoviLíngua*, dentro do universo fictício criado por Orwell, não propunha uma língua nova e totalmente diferente, e sim a reorganização de algumas palavras, ou até mesmo a remoção de outras (ou apenas partes de algumas palavras) com o objetivo de restringir o pensamento. Ou seja, a premissa é: se essa palavra não existe na língua, você não pensará a respeito disso, ou melhor, se não há possibilidade de exprimir algo, conseqüentemente aquilo passa a não existir. É através do controle linguístico, feito por intermédio da língua, que o governo buscava se certificar de que ideias rebeldes não viessem à tona.

Para a compreensão da proposta do autor bem como para a reflexão linguística a respeito da *Novilíngua*, considerarmos a relação entre língua, fala e pensamento em 1984 é fundamental. Para isso, retomarei brevemente alguns conceitos de Saussure.

Conforme pondera Conceição (2012, p. 131) fala e língua são dois fenômenos linguísticos distintos. Muito embora o termo “Novilíngua” tenha sido traduzido dessa maneira, pressupondo-se assim que o original deva ser “*Newlanguage*”, o original é, na verdade, *Newspeak* (ORWELL, 1977, p.4), assim, a tradução mais correta seria Novafala.

Este trabalho optou por usar o termo “NoviLíngua” pela sua já alta propagação. Todavia, é necessário lembrar que língua e fala não são as mesmas coisas, e não são, tampouco, sinônimos. A dicotomia Saussuriana propunha que a língua era um fenômeno social, depositado na mente dos indivíduos através da fala, enquanto a fala seria particular. Semelhante a Saussure, Chomsky (1980) tem a dicotomia competência/ desempenho que basicamente afirma que o indivíduo tem uma capacidade inata para a linguagem, já anteriormente descrita neste trabalho. Assim, o mecanismo da faculdade da linguagem é

desenhado para a aquisição de uma língua materna. A competência de um indivíduo seria, então, o conjunto de regras internalizadas que permitem ao indivíduo produzir e entender uma língua em qualquer idioma, que evidentemente, será moldado à nossa língua materna. Já o desempenho seria a materialização individual do que se fala, ouve, escreve e lê, ou seja, está ligado à competência de cada um, isto é, é individual tal qual a fala.

Além disso, Saussure ainda propôs a dicotomia significante/significado. O significante é a forma sonora da palavra escrita que representa o significado, sendo este último a ideia ou conceito que temos de um significante. De tal dicotomia nasce o signo linguístico, que, pode-se afirmar, é arbitrário, visto que tais signos são construídos pela convenção de uma língua. Como exemplo disso, têm-se a palavra “mesa” (móvel com tábua horizontal assentada em “pés”), mas em inglês temos “table” para mesa, ou seja, pode-se inferir que têm-se mais de um registro fonético (significante) para um mesmo significado, o que evidencia que a relação entre a realidade fonética de um signo e o seu significado não é natural.

É interessante perceber que, de alguma maneira, Orwell estava consciente dessa relação dicotômica entre significante e significado, visto que, para que haja significação, é fundamental que os signos linguísticos estejam relacionados aos conceitos e acontecimentos (visto que é convencionalizado). Se a relação entre signo e significado não é natural, é desse pretexto que os membros do partido se utilizavam para afirmar que “Guerra é paz; Liberdade é escravidão; Ignorância é força” (ORWELL, 2009, p.11). Evidentemente, guerra é guerra, paz é paz, liberdade é liberdade e assim sucessivamente. O conceito desses significantes podem ser diversos, e por se tratarem de abstrações, são mais múltiplas as possibilidades, mas é fato que a proposta do Partido era que, através da convencionalização da *NoviLingua*, os moradores de Oceânia comessem a atribuir um novo significado a palavras como guerra, liberdade e ignorância. Significado este que, é sabido, é convencionalizado pela língua.

O conceito de sincronia/diacronia de Saussure também é fundamental para a compreensão da implementação da língua em 1984. A sincronia estuda uma língua e seus signos em um determinado momento de sua produção, seja o estudo de uma língua corrente ou a falada há 200 anos atrás, enquanto a diacronia estuda os signos através da passagem dos anos desde o seu ponto de origem. Seria possível que a utilização da *Novilíngua* parecesse “natural” aos falantes? É claro que os signos se alteram, principalmente porque a língua é uma ferramenta em constante mudança, mas é evidente que estas mudanças não acontecem abruptamente, considerando a Gramática já internalizada de um falante. Talvez por este motivo a *Novilíngua*, à época da narrativa de 1984, ainda estava sendo implementada, ou seja, ainda estava em processo de criação para a substituição da língua antiga (inglês). Mesmo com

a *Novilíngua* já sendo considerada a língua oficial do governo ela ainda não estava completamente operante no ano de mil novecentos e oitenta e quatro. O que se esperava, dentro do universo ficcional da distopia, é que a *Novilíngua* fosse 100% utilizada até o ano de 2050, ou seja, ainda levariam mais de 60 anos para que os moradores da Oceania se adaptassem totalmente à *Novilíngua*. Isso faz sentido, se pensarmos que a fixação de parâmetros de uma língua mudam apenas através de novas gerações de falantes de uma língua. Ao que tudo indica, os líderes do partido sabiam disso (ou Orwell).

A longo prazo, as crianças nascidas na Oceania não teriam mais acesso ao inglês antigo, e seriam, através da convencionalização exercida pelos signos linguísticos, falantes nativos da *Novilíngua*.

Este trabalho buscará observar, na seção seguinte “Análise de dados” como se deu a construção morfo-semântica das palavras na *Novilíngua*. Para tal, é importante postular que o principal objetivo da *Novilíngua* era atender o que o Grande-Irmão e o partido desejavam, isto é, o total controle sobre a população. Por este motivo a *Novilíngua* se constitui basicamente de uma redução significativa do léxico, pois acreditava-se que sem a existência de uma determinada palavra, aquele comportamento seria eliminado.

No que tange à morfologia, a *Novilíngua* era dividida em três classes de palavras: as classes A, B e C. O principal objetivo destas classes era criar uma língua cujos significados fossem reduzidos ao mínimo possível (para evitar todo e qualquer tipo de pensamento transgressor). No que tange a essa esfera geral das classes de palavras SANTOS (2011, p.116) afirma:

Para atingir esse objetivo, uma das primeiras medidas adotadas foi estabelecer que as palavras de todas as classes poderiam ser utilizadas como verbo, substantivo, adjetivo ou advérbio, sem a necessidade de possuírem a mesma raiz: “Essa regra se mostrou bastante útil, uma vez que só nesse movimento diversas formas arcaicas advindas da anti-clingua foram destruídas.” (Orwell, 2004, p.289)

A classe “A” abrangia assuntos do cotidiano, e muito do vocabulário desta era oriundo do inglês. O objetivo dessa classe era expressar pensamentos simples e objetivos, de maneira que todo e qualquer tipo de ambiguidade ou significados implícitos fossem eliminados. Além disso, os adjetivos desse grupo eram construídos através da adição de afixos nas palavras verbo-substantivo, sendo o prefixo responsável por transformar qualquer palavra em negativo. Ele fazia isso através da criação de um par de antônimos (veja mais no capítulo 6). A classe “A” também abarcava palavras criadas com mais de um prefixo, sendo este tipo de formação utilizado para dar ênfase na palavra (SANTOS, 2011 p.117).

sobre os demais aspectos morfológicos, começando pela conjugação verbal, percebemos que foi estabelecido os mesmos finais, tanto no pretérito quanto no particípio eliminando as formas irregulares, processo parecido com a mudança ocorrida na formação do plural dos substantivos, todos tinham as mesmas terminações e foram abolidas as formas irregulares. As únicas palavras que eram permitidas a conjugação, eram os pronomes relativos, pronomes demonstrativos e os verbos auxiliares. Todos seguiam a conjugação antiga, exceto o pronome “quem”, o qual havia sido suprimido. Nas palavras que eram difíceis de pronunciar, ou que poderiam ser compreendidas de forma errônea, eram inseridos fonemas a mais apenas para o efeito de eufonia.

O vocabulário da classe “B” era composto por palavras relacionadas a assuntos políticos. Segundo Santos (2011) as palavras desse grupo eram uma “estenografia verbal”, porque possibilitavam que as ideias fossem comunicadas com palavras com poucas sílabas. Nesse grupo, as palavras eram sempre compostas e eram formadas a partir de qualquer ordem fragmentada na língua, bastando que fosse fácil a pronúncia.

Na classe “C” estavam as palavras relacionadas a termos científicos e técnicos. Poucas eram as palavras do vocabulário “C” usadas cotidianamente, e mesmo os cientistas apenas tinham conhecimento/utilizavam palavras da sua especialidade. Além disso, os vocábulos eram rigorosamente pensados para não denotarem a função da ciência como método de pensamento, visto que o próprio Partido INGSOC já representava essa função.

No capítulo seguinte este trabalho observará algumas das palavras de cada um desses grupos sob uma perspectiva morfológica da MD, visando a pensar se a relação entre a constituição de uma palavra e o significado atribuído a ela possuem um caráter indissolúvel e quais os impactos compreendidos por isso na obra de Orwell.

7 - ANÁLISE DE DADOS

Os dados analisados abaixo são retirados das classes “A” e “B”, visto que as palavras da classe “C” eram previstas para serem utilizadas apenas por cientistas, ou seja, apenas a um nível técnico. Por essa razão não achei necessário trazer uma palavra desse grupo, e sim dos dois primeiros grupos que representam, respectivamente, vocabulários relacionados à vida cotidiana e palavras relacionadas a assuntos políticos. Como já mencionado, a língua prevista na fictícia Oceania construía-se com a destruição do léxico, ou com a proibição de determinadas palavras da língua antiga. Segundo Ben Pimlott (ORWELL, 2009, p.326) o intuito da composição da Novilíngua “era o mínimo eco da mente daquele que fala o idioma”, para que assim pensamentos heréticos pudessem ser evitados.

Classe A	Classe B
----------	----------

pensar (V-S)	Duplipensar (V-S)
Livre (A)	crimepensar (V-S)
desbom (A)	

Em primeiro lugar, é importante mencionar que palavras como bom/desbom também poderiam ser lidas como pertencentes ao grupo “B”. Inseri “livre” no grupo “A” por motivos que em breve explicarei.

No caso do verbo-substantivo “pensar”, temos a raiz $\sqrt{\text{pens-}}$ concatenada ao verbalizador -ar, tal qual conhecemos hoje, trata-se do verbo “pensar”. Todavia, “pensar” em *Novilíngua* não representa o “ato de ter pensamentos/reflexões” visto que a palavra “pensamento” (enquanto ato de reflexão política) foi destruído. Ou seja, o que se previa era que o significado “refletir politicamente/ criticamente acerca de um assunto fosse eliminado”. A ideia fica expressa quando Syme, um filólogo especialista em *Novilíngua* está conversando com Winston, o personagem principal:

Você não vê que a verdadeira finalidade da Novafala é estreitar o âmbito do pensamento? No fim teremos tornado o pensamento-crime literalmente impossível, já que não haverá palavras para expressá-lo. Todo conceito de que pudermos necessitar será expresso por apenas uma palavra, com significado rigidamente definido, e todos os seus significados subsidiários serão eliminados e esquecidos. (ORWELL, 2009, p.57)

Na realidade não haverá pensamento tal como o entendemos hoje. Ortodoxia significa não pensar — não ter necessidade de pensar. Ortodoxia é inconsciência.”(ORWELL, 2009, p.58)

É importante mencionar que os mesmos ainda utilizam “pensamento” como na língua antiga porque eles estão se comunicando em inglês, e não em *Novilíngua*. Como observado, o que se pressuponha era que na lista enciclopédia (LISTA 3) o significado “observação que resulta de reflexão; meditação”; “conjunto de ideias de uma pessoa, de uma escola, de um povo, de uma raça ou de uma época.” não estaria previsto, e sim que a leitura dos moradores de Oceania seria pura e meramente arbitrária (eternamente).

Na citação acima também temos a menção ao conceito de crime-pensamento, que é o que a *Novilíngua* concebia como “crimepensar”, um verbo-substantivo formada por uma palavra composta com a concatenação das raízes $\sqrt{\text{-crim}}$ e $\sqrt{\text{-pens}}$ + seus respectivos categorizadores. O crimepensar abarcava um conceito muito amplo contendo diferentes significados, e por esse mesmo motivo não eram necessárias palavras como liberdade e

igualdade, palavras obliteradas pela Novilíngua, exatamente porque conceitos como estes eram proibidos e portanto já se refletiam na palavra “crimepensar”.

A outra palavra da classe “B” escolhida foi duplipensamento. É importante mencionar que duplipensamento não era apenas uma palavra, mas sim um princípio sagrado sobre o qual o partido INGSOC se sustentava, juntamente com a Novafala e a mutabilidade do passado (ORWELL, p.32). Duplipensamento era formado pelas raízes $\sqrt{-}$ dup + $\sqrt{-}$ pens + “sufixo categorizador” e uma rápida definição do *wikipedia* determina que duplipensamento é

Duplipensamento significa a capacidade de abrigar simultaneamente na cabeça duas crenças contraditórias e acreditar em ambas. O intelectual do Partido sabe em que direção suas memórias precisam ser alteradas; em consequência, sabe que está manipulando a realidade; mas, graças ao exercício do duplipensamento, ele também se convence de que a realidade não está sendo violada. O processo precisa ser consciente, do contrário não seria conduzido com a adequada precisão, mas também precisa ser inconsciente, do contrário traria consigo um sentimento de falsidade e, portanto, de culpa. (BLOG DA COMPANHIA, 2017)

Obviamente a leitura composicional da palavra abarca o significado de duplo e de pensamento (entendo-se os contextos nos quais ele é permitido na novilíngua).

O adjetivo livre/ free não recebeu uma reorganização morfológica, manteve-se com “livre”. Entretanto, “livre” na *Novilíngua* não poderia ser utilizado no sentido de politicamente ou intelectualmente livre. Somente em contextos em que livre significasse “sem obstrução” é que a palavra poderia ser utilizada. Ou seja, a *Novilíngua* previa que alguns significados pudessem ser destruídos e que a palavra assumisse um novo significado.

Em último lugar temos a palavra “desbom”, formada pelo prefixo des + $\sqrt{-}$ bom. Ela, como sugere o prefixo “des” é o oposto de bom, ou seja, ruim. Os pares antônimos foram destruídos na *Novilíngua* porque, como dito anteriormente, a *Novilíngua* era uma língua que se construía, sobretudo, com a destruição do léxico visando à redução de pensamento. Logo, na lógica do partido, porque duas palavras diferentes para representar coisas antônimas? Basta adicionar o prefixo -des, assim, eliminando vários vocábulos da língua. Syme, o filólogo, explicou como funcionava a reformulação de alguns destes adjetivos.

Que coisa bonita, a destruição de palavras! Claro que a grande concentração de palavras inúteis está nos verbos e adjetivos, mas há centenas de substantivos que também podem ser descartados. Não só os sinônimos; os antônimos também. Afinal de contas, o que justifica a existência de uma palavra que seja simplesmente o oposto de outra? Uma palavra já contém em si mesma o seu oposto. Pense em “bom”, por exemplo. Se você tem uma palavra como “bom”, qual é a necessidade de uma palavra como “ruim”? “Desbom” dá conta perfeitamente do recado. É até melhor, porque é um antônimo perfeito, coisa que a outra palavra não é. (ORWELL, 2009, p.56)

Mais adiante, o próprio Syme afirma para Winston que o objetivo da Novilíngua não era a criação de palavras novas, mas sim a destruição de palavras antigas, para assim fazer com que a língua chegue ao “osso” (ORWELL, p.56).

As palavras selecionadas são algumas das poucas criadas e ou reformuladas pela novilíngua. Contudo, seria a Novilíngua de fato um sucesso? Sob uma perspectiva sintática de formação de palavras da MD, não, ou pelo menos, não inicialmente. Como visto no capítulo 5 a Morfologia Distribuída não prevê um léxico onde as palavras ficam armazenadas, mas prevê a modularização das informações fundamentais para a formação de vocábulos. Neste sentido, a Novilíngua parece ir em um caminho oposto, ao acreditar que as palavras, por si só, carregam significados. É evidente que os signos linguísticos são convencionalizados, mas sob a perspectiva deste modelo teórico para formação de palavras, sintagmas e sentenças, não há um léxico onde as palavras ficam armazenadas.

A MD prevê a existência de três módulos responsáveis por guardar as informações necessárias para gerar um vocábulo. Estes módulos são o que convencionalmente se chama de **lista**. Se observamos as palavras listadas acima veremos como a distribuição sintática das peças se dão: na lista um temos os morfemas funcionais e as raízes, na lista dois temos o armazenamento das peças vocabulares com fonologia. É na sintaxe que ocorre a concatenação entre uma raiz e um morfema categorizador de forma tal que é nesta etapa que o significado da palavra é fixado (PEDERNEIRA, 2010, p.16). Conforme Pederneira (2010, p.16)

O conjunto de pareamentos arbitrários entre forma e significado que resultam da primeira concatenação de uma peça categorizadora a uma raiz compõe uma terceira Lista, a Lista Três, que corresponde ao conceito tradicional de Enciclopédia: um elenco das relações arbitrárias entre formas e significados. Depois da concatenação do primeiro categorizador, outros categorizadores podem ser concatenados. Estas novas concatenações operam alterações no significado convencionalizado na Enciclopédia, alterações regulares, determinadas por uma composição de significados que é um cálculo, e não uma nova convenção.

Em outras palavras, a lista três é a responsável, de fato, pela atribuição de significados que fixamos nas palavras. Isto implica dizer que a proibição de determinadas palavras não prevê a proibição de determinados comportamentos ou pensamentos, visto que os responsáveis pela constituição de uma palavra é a lista 1, cabendo às listas 2 e 3 a interpretação. Os significados que atribuímos a uma palavra estão presentes na lista 3 e podem ser fixados significados diferentes a um mesmo conjunto fonológico, como vimos em cachorro; também uma palavra pode sofrer mudança de significado, como sinistro, que já teve conotação negativa e positiva em português. Eles são, inicialmente, convencionalizados, mas podem passar por alterações. Alterações estas que não se dão repentinamente, mas mesmo tais

alterações não preveem que ao extinguir da língua uma palavra como “liberdade” o conceito propriamente dito do que significaria liberdade morreria, visto que a atribuição de significado à liberdade se dá fora da formação sintática. Sendo assim, o significado poderia ser atribuído a qualquer outro formativo fonético, como por exemplo uma palavra inventada como *dibotaro*.

Além disso, diferente do que previa a *Novilíngua*, as palavras passam por rearbitrarizações. Ou seja, “desbom” poderia até significar, sob uma leitura composicional, o oposto de bom, mas o signo linguístico permite novas releituras com o passar do tempo.

A apresentação do exemplo foi feita para ilustrar a ideia de que há no interior das palavras dois domínios sintáticos que se distinguem na sua maneira de se relacionarem com o significado: na camada mais interna, se dá a primeira determinação de categoria lexical, e neste ponto o significado é dado por convenção. Nas camadas subseqüentes, se aplicam recategorizações, e o significado, nesses pontos, é calculado composicionalmente a cada novo merge de sufixo. Por ser a composicionalidade da semântica uma propriedade da sintaxe, Marantz (1997) defende que o mecanismo que gera palavras é a sintaxe, a mesma sintaxe que gera sentenças, e não outro módulo que seja exclusivamente destinado à formação de palavras.

Podemos, então, resumir que o significado de palavras complexas é obtido por meio de dois mecanismos:

(i) uma convenção negociada sobre o merge de raiz + peça vocabular categorizadora. E, assim, se forma a arbitrariedade do signo, propugnada por Ferdinand de Saussure; (ii) após a fixação da leitura convencionalizada, novos categorizadores podem ser juntados. Eles adicionam instruções para cálculos semânticos que alteram de maneira regular e composicional o significado da palavra básica;

Assim, o que se observa é que as palavras podem ter diferentes leituras, e mesmo que a primeira a ser fixada seja a leitura composicional, a longo prazo novos cálculos semânticos podem ser feitos, fazendo assim com que o significado convencionalizado se derive em novas leituras, ou seja, os signos podem ser rearbitrarizados ou até mesmo passarem por processos de idiomatização dentro de sentenças.

8 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A *novilíngua* era uma das principais ferramentas de exercício de domínio e poder sobre os moradores da Oceania. Acreditava-se que a redução ou extinção de palavras seria também a extinção de determinados comportamentos. Sem a palavra não existiria a ideia por trás daquilo. Contudo, baseado nos estudos de Morfologia Distribuída de Halle e Marantz (1993), os significados não estão propriamente nas palavras, mas derivam de um ciclo de formação bastante complexo. Assim, extinguir uma palavra como “liberdade” do léxico de

uma língua, ou “pensamento”, no sentido de exercício de reflexão, não seria o suficiente para fazer com que as pessoas não mais pensassem nessas coisas, visto que o significado de palavras lexicais, que possuem raízes, se dá fora da computação linguística. Mesmo que não houvesse uma palavra para “liberdade” o indivíduo poderia chamá-lo de uma outra forma, ou seja, o signo linguístico ainda existiria, mas o significado propriamente dito assumiria novas formas de leituras. Assim, o indivíduo poderia até ter um significante como /C-R-I-M-E-P-E-N-S-A-R/, mas nada o impediria de pensar em liberdade, em ser politicamente livre, ou em qualquer outra prática proibida na Oceania, visto que a lista responsável pelo significante de uma palavra é a lista 2 da MD, enquanto o significado se dá na lista 3.

Dessa maneira, pode-se observar a concordância da teoria linguística construcionista de Gramática Gerativa com principais pontos do Gerativismo chomskiano, sobretudo a teoria da modularidade da mente, que prevê que a mente dos indivíduos está desenhada para trabalhar em módulos, e que estes módulos subdividem-se em domínios cognitivos menores

A modularidade da mente, como o próprio nome sugere, trata-se da segmentação da configuração cerebral em sistemas desenhados especificamente para funcionarem para desempenhar determinadas tarefas. Assim, a perspectiva modular da mente entende que o cérebro tem seu funcionamento moldável, o que significa dizer que tal órgão não possui uma estrutura única e sim modular, e que cada módulo desempenha uma determinada função dentro da Faculdade de linguagem. Sem este mecanismo, não seríamos aptos a adquirir uma língua. É também devido a esse mecanismo que a maneira como as informações linguísticas processadas em nossa mente são modularizadas, sendo cada etapa deste processamento dividida em módulos, as ditas listas na Morfologia Distribuída.

Evidentemente, o presente trabalho buscou responder se, de alguma forma, os criadores da *Novilíngua* previam essa modularização do processamento linguístico/extra-linguístico, e o que foi constatado é que os métodos de criação e implementação da *Novilíngua* não previam tais segmentações, constatando-se assim a ineficiência da proibição de palavras a um curto prazo. Todavia, é necessário lembrar que a *Novilíngua* não estava totalmente implementada à época da narrativa. Ela era esperada para ser totalmente concretizada em 2050, ou seja, sessenta e seis anos após a ambientação do livro. As discussões acerca desse assunto são altamente estudadas e ainda hoje, após setenta e três anos desde seu lançamento, a obra de Orwell (2009) ainda ecoa e é palco de muitas discussões atuais e extremamente relevantes, o que implica dizer que a *Novilíngua* ainda é objeto de muitos estudos e indagações.

9- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANDIOTTO, Kleber Bez Birolo. Fundamentos epistemológicos da teoria modular da mente de Jerry A. Fodor. **SciELO: Scientific Eletronic Library Online**. Porto Alegre, p.119-135, 2018.

CHOMSKY, Noam. *Language and thought*. The frick collection, Moyer Bell, Wakefield, Road Island; 1993.

———Regras e representações, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

———Estruturas sintáticas. The Moulton Publishers, Coleção Signos, Edição 70. Lisboa; 1957.

———*New Horizons in the study of language and mind*. Cambridge: University Press, 2000.

CONCEIÇÃO, Celso Augusto Nunes. 1984: Uma visão linguística para o entendimento da NovaFala. **Revista Diálogos do Direito**. Rio Grande do Sul, v. 2, p. 130-142, 2012.

FONSECA, Alexandre Muller. Sobre o externalismo semântica de Hillary Putnam: primeiras formulações e recepção crítica inicial. **Cognitio-Estudios: Revista Eletrônica de Filosofia**. São Paulo, v.12, n° 2, julho-dezembro, p. 191-216, 2015.

FODOR, Jerry. *The Language of Thought*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1975.

FODOR, Jerry. *The Modularity of Mind*. Cambridge (Mass): The MIT Press, 1983.

FRANÇA, Aniela Improta. A metáfora Chomskiana e o problema de Orwell. 1994. 77 p. (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FREITAS, Lucian Rodrigues. Jerry Fodor e a linguagem do pensamento. 2018. 56 p. (Monografia) - Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília, Brasília.

FREITAS, Natália Luiz. Mente e Linguagem: a perspectiva Chomskyana e sua repercussão nas discussões de Putnam, Fodor e Searle. **Percursos Linguísticos**, v.5, p.30-48, 2015.

GLENDAY, Candice Helen. Noam Chomsky: Linguística e Filosofia. 2008. 126 p. (Dissertação em Cognição e Linguagem) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

HALE, K.; KEYSER, S. J. *On argument structure and the lexical expression of grammatical relations*. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Org.). *The view from Building 20: essays in honor of Sylvain Bromberger*. Cambridge: MIT, p.53-109, 1993.

HARLEY, Heidi; NOYER, Rolf. *State-of-the-article: Distributed Morphology*. **Glott International**, v. 4, n. 4, p. 3-9, 1999.

HORA, L. C. L. et al. Aquisição da linguagem sob a perspectiva das inteligências múltiplas e da modularidade da mente. **Caletroscópio** - Minas Gerais, v.7, N. Especial 1, 2019.

JOU, Graciela Inchausti de; SPERB, Tania Mara. Teoria da mente: diferentes abordagens. **SciELO: Scientific Electronic Library Online**, Porto Alegre, 1999.

LOURENÇO DA SILVA, Everton. O advento da Morfologia Distribuída. **ReVEL**, vol. 8, n. 14, p.1-15, 2010.

LUQUE, A. & VILLA, I. Aquisição da linguagem. Em C. Coll, J. Palácios & A. Marchesi (Orgs.), **Desenvolvimento psicológico e educação** - Porto Alegre, Vol. 1, p. 149-164, 1995..

MARANTZ, Alec. *No escape from syntax: Don't try morphological analysis in the privacy of your own lexicon*. In *Proceedings of the 27th Annual Penn Linguistics Colloquium*. UPenn Working Papers in Linguistics 4:2, Article 14. Philadelphia, PA, UPenn, 1997.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Para entender os “fatos alternativos” e o “duplipensar”. Blog da companhia, Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 2017. Disponível em <https://www.blogdacompanhia.com.br/conteudos/visualizar/Para-entender-os-fatos-alternativos-e-o-duplipensar>. Acesso em: 30/11/2022.

PEDERNEIRA, Isabella Lopes. Etimologia e Reanálise de Palavras. 2010, 128 p. (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

PUTNAM, H. *The Meaning of 'Meaning'*. In: Language, Mind and Knowledge. Minnesota Studies in the Philosophy of Science, vol. 7, ed. Keith Gunderson (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1975), pp. 131-193. Repr. in *Mind, Language and Reality*, p. 215-271, 1975.

SAUSSURE, F. (s/d) Curso de Linguística Geral. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SANTOS, Rodrigo Fernando Assis. O conceito de Língua/Linguagem em 1984 de Orwell. 2011, 193 p. (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

SCHER, A. I. R. et al. Morfologia em Morfologia Distribuída. **PKP**: Estudos linguísticos e literários, Salvador, Nº 47, jan-jun, pp. 9-29, 2013.

SCHERMACK, Keila de Quadros . O Desenvolvimento Linguístico Infantil na Perspectiva Interacionista: o papel do outro na aquisição da língua materna. 2011.

SIDDIQUI, Daniel. *Syntax within the word: economy, allomorphy, and argument selection in Distributed Morphology*. Amsterdam: John Benjamins, 2009.

SILVA, B. Desenvolvimento da linguagem: uma proposta inatista. 2008.

Skinner, B. F. *Verbal Behavior*. Cambridge, MA: B. F. Skinner Foundation, 1957.

SPRINGER, Sally; DEUTSCH, Georg. Cérebro Esquerdo, Cérebro Direito. São Paulo: Summus, 1998.

